

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	16
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	21
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	34
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	34
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	35
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	35
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	37
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	38
(10) ARRENDAMENTOS.....	41
(11) OUTROS ATIVOS	41
(12) INVESTIMENTOS	42
(13) IMOBILIZADO	51
(14) INTANGÍVEL	53
(15) FORNECEDORES	55
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	56
(17) DEBÊNTURES	61
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	62
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	67
(20) PROVISÕES	67
(21) RESSARCIMENTOS.....	72
(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR	73
(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73
(24) LUCRO POR AÇÃO	74
(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	75
(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA.....	75
(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	76
(28) RESULTADO FINANCEIRO	77
(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	77
(30) SEGUROS.....	79
(31) GESTÃO DE RISCOS.....	80
(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	82
(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	88
(34) COMPROMISSOS	88
(35) FATOS RELEVANTES.....	88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1) Considerações Iniciais

A CPFL Renováveis está entre os líderes no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, hídrica, com pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)/centrais geradoras hidrelétricas (CGHs), usinas hidrelétricas (UHEs) e solar, totalizando uma capacidade instalada de 2.906 MW.

Em 29 de abril de 2025, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial da CPFL Geração com a incorporação do acervo líquido cindido para a CPFL Energia, nos termos dos artigos 227 e 229 da Lei das Sociedades por Ações (“Cisão Parcial” ou “Operação”), conforme previsto no “Protocolo e Justificação” da Cisão Parcial da CPFL Geração. Com a operação, ocorre a simplificação da estrutura societária e operacional do grupo, reduzindo os níveis de consolidação e os custos a eles relacionados, em linha com os interesses dos acionistas.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2) Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de “emergência econômica”. Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

3) Desempenho Operacional

O ano de 2025 foi marcado por uma pior performance de nossos parques eólicos em relação a 2024, com uma redução de 6,8% na geração eólica, afetada pelo impacto do *curtailment* imposto pelo ONS, enquanto nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 93,3%. De forma geral, o cenário hidrológico desfavorável impactou negativamente as nossas usinas hídricas.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 2.906 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.390 MW), 46 PCHs e CGHs (500 MW), 4 usinas termelétricas a biomassa (185 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e finalizamos a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação comercial em janeiro de 2025.

4) Desempenho Econômico-Financeiro

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 3.819 milhões em 2025, representando uma redução de 1,9% (R\$ 73 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 261 milhões em 2025, aumento de 0,1% (R\$ 1 milhão). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.558 milhões em 2025, uma redução de 2,0% (R\$ 74 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA)

O EBITDA foi de R\$ 2.391 milhões em 2025, representando uma redução de 2,5% (R\$ 62 milhões), principalmente devido a (i) o aumento de 36,2% (R\$ 161 milhões) no custo com energia elétrica e encargos; (ii) a redução de 2,0% (R\$ 74 milhões) na receita líquida. A redução de 23,2% (R\$ 168 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada) compensou parcialmente os efeitos anteriores, conforme abaixo:

- └ Aumento de 7,9% (R\$ 11 milhões) nas despesas com pessoal;
- └ Redução de 26,4% (R\$ 0,5 milhão) nas despesas com entidade de previdência privada;
- └ Aumento de 4,2% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material;
- └ Redução de 12,1% (R\$ 33 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; e
- └ Redução de 58,8% (R\$ 158 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

A equivalência patrimonial apresentou aumento de R\$ 5 milhões, também compensando parcialmente os efeitos anteriores.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*

	2025	2024
Lucro Líquido	1.084.841	1.204.298
Depreciação e Amortização	677.378	690.197
Amortização Mais Valia de Ativos	62	62
Resultado Financeiro	294.335	247.468
Contribuição Social	94.216	85.280
Imposto de Renda	239.687	224.862
EBITDA	2.390.519	2.452.169

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

A CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.085 milhões em 2025, representando uma redução de 9,9% (R\$ 119 milhões), refletindo: (i) a redução de 2,5% (R\$ 62 milhões) no EBITDA; (ii) o aumento de 7,7% (R\$ 24 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social; (iii) pelo aumento de 18,9% (R\$ 47 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 1,9% (R\$ 13 milhões) na depreciação e amortização

Endividamento

Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 3.017 milhões, uma redução de 6,8%.

5) Investimento

Em 2025, foram investidos R\$ 220 milhões, destinados principalmente à manutenção de usinas e parques eólicos.

6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão –do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação,

campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas às melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Renováveis atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 838 crianças e jovens. Além do projeto Carreta Literária, biblioteca itinerante que percorre escolas públicas das cidades, que beneficiou 2.256 pessoas; **(ii) Circuito CPFL:** levamos cinema movido a energia solar, beneficiando 3.800 espectadores; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do Café Filosófico CPFL, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube; **(iv) Café Filosófico CPFL:** realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

Gestão de Recursos Humanos: em 2025, treinamos 645 colaboradores. Foram 20 mil horas treinadas.

7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero				
	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Gerência	100,00%	0,00%	87,50%	12,50%
Chefia/Coordenação	75,00%	25,00%	75,76%	24,24%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
Administrativo	51,85%	48,15%	46,67%	53,33%
Operacional	91,49%	8,51%	92,06%	7,94%

Estagiários	71,43%	28,57%	70,00%	30,00%
-------------	--------	--------	--------	--------

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

Diversidade no Conselho de Administração		
	2025	2024
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerência	0,00%	0,00%	78,08%	95,17%
Chefia/Coordenação	101,99%	98,84%	107,69%	89,80%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	71,32%	71,11%
Administrativo	76,78%	63,18%	73,84%	72,35%
Operacional	108,15%	92,22%	104,82%	86,87%
Estagiários	90,31%	79,86%	0,00%	112,67%

8) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9) Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos

seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração.

**Ricardo Fernando Ferreira
Gerente Financeiro Sênior
CRC 1SP321353/O-4**

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	52.586	132.907	414.259	227.864
Títulos e valores mobiliários	6	19.623	14.949	398.777	343.417
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	223.600	205.679	433.622	444.081
Dividendos	12.3	6.782	7.136	-	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	9.942	9.072	13.528	19.449
Outros tributos a compensar	8	40.622	48.803	84.430	87.360
Derivativos	32.b	-	16.260	-	16.260
Estoque		20.685	20.719	67.441	63.767
Outros ativos	11	90.447	80.187	139.651	155.242
Total do circulante		464.287	535.712	1.551.708	1.357.440
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.618	2.959	3.165	15.989
Coligadas, controladas e controladora	29	-	16.945	-	-
Depósitos judiciais	20	12.396	2.953	27.375	19.356
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	68.482	61.060	108.278	96.118
Outros tributos a compensar	8	75	-	3.705	3.542
Derivativos	32	39.232	2.126	39.232	2.126
Créditos fiscais diferidos	9	125.453	194.059	126.690	195.296
Arrendamentos	10.a	6.720	7.340	54.828	55.816
Outros ativos	11	35.690	24.265	55.575	106.247
Investimentos	12	5.638.828	5.953.964	91.677	103.596
Imobilizado	13	1.414.637	1.483.369	6.678.660	6.988.320
Intangível	14	528.090	578.784	1.659.472	1.819.761
Total do não circulante		7.871.221	8.327.824	8.848.657	9.406.167
Total do ativo		8.335.508	8.863.536	10.400.365	10.763.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	65.995	94.181	211.548	214.047
Empréstimos e financiamentos	16	63.732	117.784	79.508	133.727
Debêntures	17	631.600	3.386	631.600	3.386
Entidade de previdência privada	18	7.993	5.706	7.993	5.706
Taxas regulamentares		72.315	64.013	72.843	64.596
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	127.442	127.368	159.721	156.472
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	26.451	28.638	37.416	41.653
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	79.192	-	133.610	123.372
Contas a pagar por aquisições		12.356	12.210	12.356	12.210
Dividendos a pagar		240.571	295.747	240.813	296.011
Provisões	20	-	-	5.153	12.699
Obrigações estimadas com pessoal		14.810	14.421	14.810	14.421
Derivativos	32	-	7.695	-	7.695
Ressarcimento	21	227.051	198.620	920.379	696.866
Arrendamentos	10.b	160	1.020	1.094	4.560
Outras contas a pagar	22	32.695	28.234	57.164	57.833
Total do circulante		1.602.363	999.023	2.586.008	1.845.254
Não circulante					
Fornecedores	15	7.734	7.791	8.027	20.075
Empréstimos e financiamentos	16	295.288	326.273	526.125	569.813
Debêntures	17	324.822	313.277	324.822	313.277
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	1.355.096	2.104.917	1.355.096	2.104.917
Entidade de previdência privada	18	9.899	12.767	9.899	12.767
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	12.654	12.140	12.665	12.150
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	123	574	989
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	377.278	413.006
Provisões	20	93.566	64.273	222.908	203.272
Derivativos	32	5.814	-	5.814	-
Provisão para patrimônio líquido negativo	12	19.513	67.818	-	-
Ressarcimento	21	-	-	197.122	150.013
Arrendamentos	10.b	9.516	9.070	77.939	73.467
Outras contas a pagar	22	5.568	3.121	7.224	4.775
Total do não circulante		2.139.470	2.921.570	3.125.493	3.878.521
Patrimônio líquido					
Capital social	23	2.632.292	2.632.292	2.632.292	2.632.292
Reserva de capital		590.189	590.189	590.189	590.189
Reserva de lucros		1.200.012	616.451	1.200.012	616.451
Dividendos		-	899.292	-	899.292
Resultado abrangente acumulado		171.182	204.719	171.182	204.719
		4.593.675	4.942.943	4.593.675	4.942.943
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	95.189	96.889
Total do patrimônio líquido		4.593.675	4.942.943	4.688.864	5.039.832
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.335.508	8.863.536	10.400.365	10.763.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	25	1.740.898	1.610.231	3.557.591	3.631.444
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	26	(253.231)	(192.833)	(605.417)	(444.666)
Custo com operação		(214.227)	(207.329)	(803.025)	(857.578)
Depreciação e amortização		(139.086)	(141.818)	(497.134)	(511.677)
Outros custos com operação	27	(75.141)	(65.511)	(305.891)	(345.901)
Lucro operacional bruto		1.273.440	1.210.069	2.149.149	2.329.200
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(27)	(25)	(11.679)	(204)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(27)	(25)	(11.679)	(204)
Despesas gerais e administrativas		(91.986)	(103.200)	(249.539)	(249.688)
Depreciação e amortização		(10.648)	(9.393)	(12.433)	(10.951)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(81.338)	(93.807)	(237.106)	(238.737)
Outras despesas operacionais		(67.330)	(67.176)	(169.184)	(306.599)
Amortização de intangível de concessão		(64.431)	(64.431)	(167.811)	(167.569)
Outras despesas operacionais	27	(2.899)	(2.745)	(1.373)	(139.030)
Resultado do serviço		1.114.095	1.039.668	1.718.746	1.772.709
Resultado de participações societárias	9	544.779	724.583	(5.667)	(10.800)
Resultado financeiro		(332.069)	(309.589)	(294.334)	(247.468)
Receitas financeiras	28	44.035	47.612	167.260	164.669
Despesas financeiras	28	(376.104)	(357.201)	(461.594)	(412.137)
Lucro antes dos tributos		1.326.806	1.454.662	1.418.744	1.514.441
Contribuição social	9	(70.059)	(69.705)	(94.216)	(85.280)
Imposto de renda	9	(193.991)	(201.969)	(239.687)	(224.862)
		(264.051)	(271.674)	(333.903)	(310.142)
Lucro líquido do exercício		1.062.756	1.182.988	1.084.841	1.204.299
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.062.756	1.182.988
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				22.085	21.311
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores				1,79	1,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.062.756	1.182.988	1.084.841	1.204.299
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos atuariais (Perdas), líquidos dos efeitos tributários	7.162	3.466	7.162	3.466
Resultado abrangente do exercício	1.069.918	1.186.454	1.092.003	1.207.765
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.069.918	1.186.454
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			22.085	21.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Controladora						Consolidado					
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Resultado Abrangente			Participação de acionistas não controladores	Total		
			Reserva legal	Reforço de capital de giro		Reserva de incentivos fiscais	Custo atribuído	Perdas atuariais			Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.632.292	589.355	200.331	-	116.120	1.037.863	255.297	(45.251)	-	4.786.007	101.747	4.887.754
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	3.466	1.182.988	1.186.454	21.311	1.207.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.182.988	1.182.988	21.311	1.204.299
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	3.466	-	3.466	-	3.466
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	(8.793)	-	12.053	3.260	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(13.322)	-	16.582	3.260	-	-
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	4.529	-	(4.529)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	834	-	300.000	-	(138.571)	-	-	(1.195.041)	(1.032.778)	(26.169)	(1.058.947)
Aumento de capital sem alteração no controle	-	834	-	-	-	-	-	-	-	834	(4.077)	(3.243)
Reversão de dividendos adicionais propostos de anos anteriores	-	-	-	300.000	-	-	-	-	-	300.000	-	300.000
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(1.037.863)	-	-	-	(1.037.863)	-	(1.037.863)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	899.292	-	-	(899.292)	-	-	-
Dividendos intermediários / intercalares propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.435)	(15.435)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(295.749)	(295.749)	(180)	(295.929)
Dividendos adicionais distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.477)	(6.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.632.292	590.189	200.331	300.000	116.120	899.292	246.504	(41.785)	-	4.942.943	96.889	5.039.832
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(7.162)	1.062.756	1.055.594	22.085	1.077.679
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.062.756	1.062.756	22.085	1.084.841
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(7.162)	-	(7.162)	-	(7.162)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	472	823.088	-	-	(26.375)	-	(797.185)	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(38.484)	-	38.484	-	-	-
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	12.109	-	(12.109)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	472	823.088	-	-	-	-	(823.560)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	(240.000)	-	(899.292)	-	-	(265.571)	(1.404.863)	(23.785)	(1.428.647)
Aumento(redução) de capital sem alteração no controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.123)	(1.123)
Reversão de destinação de dividendos intermediários a controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000	80.000	-	80.000
Pagamento de dividendos “dos exercícios” anteriores	-	-	-	-	-	(899.292)	-	-	-	(899.292)	-	(899.292)
Dividendo mínimo obrigatório proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	(240.571)	(240.571)	(242)	(240.813)
Dividendos intermediários controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.000)	(105.000)	-	(105.000)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.698)	(5.698)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.571)	(10.571)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.150)	(6.150)
Destinação de dividendos adicionais propostos do ano anterior a controladores	-	-	-	(240.000)	-	-	-	-	-	(240.000)	-	(240.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.632.292	590.189	200.803	883.088	116.120	-	220.129	(48.947)	-	4.593.675	95.189	4.688.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos	1.326.806	1.454.662	1.418.744	1.514.441
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	214.165	215.642	677.378	690.197
Provisões (reversões) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.515	1.552	14.627	38.859
Provisão (reversões) para créditos de liquidação duvidosa	27	25	11.679	206
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	373.629	314.836	465.816	350.863
Despesa com entidade de previdência privada	296	1.819	1.338	1.819
Resultado de participações societárias	(544.779)	(724.583)	5.667	10.800
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	-	-	287	138.343
Outros	-	(7.126)	-	-
	1.383.660	1.256.827	2.595.536	2.745.528
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(16.548)	3.894	14.121	29.512
Dividendos recebidos	671.747	1.260.337	-	7.516
Tributos a compensar	(40.181)	(104.817)	(4.508)	(29.171)
Depósitos judiciais	(8.540)	41	(5.984)	250
Coligadas, controladas e controladoras	19.951	-	-	-
Adiantamento de fornecedores	410	-	299	8.636
Outros ativos operacionais	(21.706)	17.153	71.935	(34.358)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	-	19.938	(32.178)	(44.744)
Outros tributos e contribuições sociais	43.908	70.347	(70.899)	27.617
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(8.039)	(8.253)	(9.081)	(11.585)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-	(502)	(16.166)	(113.740)
Adiantamento de clientes	31.297	96.381	271.474	62.817
Outros passivos operacionais	(525)	(746)	2.322	52.595
Caixa líquido gerado pelas operações	2.055.434	2.610.600	2.816.870	2.700.873
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(58.114)	(50.200)	(75.769)	(68.947)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(244.046)	(245.488)	(282.687)	(365.233)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.753.273	2.314.912	2.458.414	2.266.693
Atividades de investimentos				
Redução de capital em subsidiárias	159.979	-	5.129	(480)
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	34.310	5.950	-	-
Aquisições de imobilizado	(91.732)	(69.337)	(211.340)	(338.597)
Títulos e valores imobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(697.037)	(8.941)	(1.248.610)	(255.341)
Títulos e valores imobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	692.363	25.882	1.170.928	114.362
Adições de intangível	(27.563)	(10.240)	(9.052)	(11.357)
Venda de ativo não circulante	15.413	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.000)	(175.000)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	-	7.442	-	-
Outros	9.965	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	90.699	(224.244)	(292.945)	(491.413)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e debêntures	646.936	192.000	643.764	192.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(115.882)	(389.117)	(131.118)	(404.223)
Liquidação de operações de derivativos	-	(17.742)	3.472	(17.742)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.460.038)	(1.074.946)	(1.480.762)	(1.093.972)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	1.375.000	-	1.370.751	127.916
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(2.370.310)	(764.893)	(2.384.382)	(826.160)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(1.924.293)	(2.054.698)	(1.979.076)	(2.022.181)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(80.321)	35.970	186.395	(246.901)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	132.907	96.937	227.864	474.765
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	52.586	132.907	414.259	227.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1 - Receita	2.007.711	1.850.400	4.033.574	4.227.175
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.920.134	1.774.795	3.818.932	3.892.430
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	87.604	75.630	226.321	334.949
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27)	(25)	(11.679)	(204)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(454.469)	(363.824)	(1.211.519)	(1.345.655)
2.1 Custo com energia elétrica	(278.657)	(212.489)	(628.959)	(469.281)
2.2 Material	(56.927)	(44.064)	(124.504)	(104.184)
2.3 Serviços de terceiros	(79.446)	(92.200)	(371.602)	(533.717)
2.4 Outros	(39.438)	(15.072)	(86.455)	(238.473)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.553.242	1.486.575	2.822.055	2.881.520
4 - Retenções	(214.164)	(215.642)	(677.378)	(690.197)
4.1 Depreciação e amortização	(149.734)	(151.211)	(509.567)	(522.628)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(64.431)	(64.431)	(167.811)	(167.569)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.339.078	1.270.933	2.144.677	2.191.323
6 - Valor adicionado recebido em transferência	591.054	774.516	164.669	157.653
6.1 Receitas financeiras	46.274	49.933	170.337	168.453
6.2 Equivalência patrimonial	544.779	724.583	(5.667)	(10.800)
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.930.132	2.045.449	2.309.346	2.348.976
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	60.376	81.484	135.176	128.413
8.1.1 Remuneração direta	23.690	57.730	83.600	82.350
8.1.2 Benefícios	27.288	15.121	42.178	37.430
8.1.3 FGTS	9.398	8.633	9.398	8.633
8.2 Impostos, taxas e contribuições	426.635	420.300	603.608	574.012
8.2.1 Federais	426.277	419.550	602.376	572.407
8.2.2 Estaduais	320	678	1.020	1.384
8.2.3 Municipais	38	72	212	221
8.3 Remuneração de capital de terceiros	380.366	360.677	485.720	442.251
8.3.1 Despesas financeiras	375.051	356.919	455.007	409.111
8.3.2 Aluguéis e arrendamentos	5.315	3.758	30.713	33.140
8.4 Remuneração de capital próprio	1.062.756	1.182.988	1.084.841	1.204.299
8.4.1 Lucro retido	797.185	-	802.758	-
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	265.571	1.182.988	282.084	1.204.299
	1.930.132	2.045.449	2.309.346	2.348.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades: investir no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis; identificar e desenvolver potenciais de geração de energia e explorar os referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica; e comercializar energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia.

A sede administrativa está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, 1.632, Jardim Professora Tarcília, Campinas - São Paulo.

A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração hídrica				
Barra Grande	690,0	Anita Garibaldi (SC)/ Esmeralda (RS)	(ii)	(ii)
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	38,1	(iv)	(iv)	(iv)
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	19,4	Indiavaí (MT)	05/2004	02/2045
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	7,0	(iii)	(iii)	(iii)
Energética Novo Horizonte Ltda.	23,0	Campina Grande do Sul (PR)	11/2002	05/2036
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	39,5	(iv)	(iv)	(iv)
Lavrinha	0,3	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
Ludesa Energética S.A.	30,0	Ipuaçu (SC)	12/2002	02/2041
Mata Velha Energética Ltda.	24,0	Cabeceira Grande/ Unaí (MG)	05/2002	09/2032
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	39,2	(iv)	(iv)	(iv)
Pinheirinho (i)	0,6	Monte Santo de Minas (MG)	08/2013	Indeterminado
Rio do Peixe (i)	18,1	São José do Rio Pardo (SP)	12/2012	12/2042
Santa Alice (i)	0,6	São José do Rio Pardo (SP)	06/2013	Indeterminado
Santa Luzia Energética Ltda.	28,5	Chapecó (SC)	12/2007	10/2049
São José (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
São Sebastião (i)	0,7	Arceburgo (MG)	08/2013	Indeterminado
Serra da Mesa (vi)	1.275,0	Cavalcante e Minaçu (GO)	11/2004	05/2046
SPE Alto Irani Energia S.A.	21,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	10/2002	09/2035
SPE Arvoredo Energia S.A.	13,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	11/2002	07/2044
SPE Barra da Paciência Energia Ltda.	23,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	12/1999	03/2048
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.	29,9	Varginha (MG)	11/2015	05/2051
SPE Cherobim Energia Ltda.	28,0	Lapa (PR)	01/2019	01/2055
SPE Cocais Grande Energia Ltda.	10,0	Antonio Dias (MG)	12/1999	12/2042
SPE Corrente Grande Energia Ltda.	14,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	01/2000	02/2048
SPE Ninho da Águia Energia Ltda.	10,0	Delfim Moreira (MG)	12/1999	01/2048
SPE Paiol Energia Ltda.	20,0	Frei Inocência/ Mathias Lobato (MG)	08/2002	03/2047
SPE Plano Alto Energia S.A.	16,0	Faxinal dos Guedes (SC)	11/2002	04/2041
SPE Salto Góes Energia Ltda.	20,0	Tangará (SC)	08/2010	03/2048
SPE São Gonçalo Energia Ltda.	11,0	São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	01/2000	06/2047
SPE Varginha Energia Ltda.	9,0	Chalé/ Mantimento (MG)	12/1999	06/2046
SPE Várzea Alegre Energia Ltda.	7,5	Conceição do Ipanema (MG)	12/1999	03/2048
Turvinho (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
Geração de energia a partir de Biomassa				
CPFL Bioenergia Ltda.	45,0	Pirassununga (SP)	09/2009	08/2040
CPFL Bio Ester Ltda.	40,0	Cosmópolis (SP)	05/1999	06/2040
SPE Bio Alvorada Ltda.	50,0	Araporã (MG)	10/2012	11/2043
SPE Bio Coopcana Ltda.	50,0	São Carlos do Ivaí (PR)	02/2012	08/2043



Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração de energia eólica				
Atlântica I Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	02/2011	07/2048
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica V Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Bons Ventos (i)	50,0	Aracati (CE)	03/2003	03/2033
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	06/2046
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	05/2046
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.	25,2	Parazinho (RN)	03/2013	06/2046
Canoa Quebrada (i)	57,0	Aracati (CE)	12/2002	12/2032
DESA Eurús I Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Eurús III Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Morro dos Ventos I Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos II Ltda.	29,2	João Câmara (RN)	06/2012	06/2047
DESA Morro dos Ventos III Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos IV Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos VI Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos IX Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
Enacel (i)	31,5	Aracati (CE)	11/2002	11/2032
Eólica Paracuru Geração Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Paracuru (CE)	08/2002	11/2038
Eurús VI Energias Renováveis Ltda.	8,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Icaraizinho (i)	54,6	Amontada (CE)	08/2002	08/2032
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	25,2	Itarema (CE)	08/2014	08/2049
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	23,1	Itarema (CE)	07/2014	07/2049
Praia Formosa (i)	105,0	Camocim (CE)	06/2002	06/2032
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda.	13,7	Aracati (CE)	06/2002	06/2032
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	10/2010	10/2045
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.	29,4	Touros (RN)	04/2014	12/2046
Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.	27,3	Touros (RN)	03/2014	11/2046
São Benedito Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	08/2046
São Domingos Energias Renováveis Ltda.	25,2	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2015	08/2046
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Beberibe (CE)	06/2002	01/2039
SPE Costa Branca Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	28,4	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Farol de Touros Energia S.A.	24,8	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Gameleira Energia Ltda.	17,7	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Figueira Branca Energia S.A.	10,6	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Juremas Energia S.A.	16,1	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Macacos Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Pedra Preta Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
Taliba Albatroz (i)	16,5	São Gonçalo do Amarante (CE)	12/2002	11/2038
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	10/2046
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.	14,7	Touros (RN)	03/2014	11/2046
Geração de energia fotovoltaica				
SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	1,0	Campinas (SP)	-	-

i) Empreendimentos alocados na Holding da CPFL Renováveis;

ii) A Usina de Barra Grande é um empreendimento controlado em conjunto com a Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), com participação de 25,01%, sendo esta uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com potência instalada é de 690MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230MW cada, entraram em operação comercial entre 2005 e 2006. O prazo de concessão se encerra em 2041, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer;

iii) A CPFL Sul Centrais detém a exploração das seguintes usinas: Diamante em Nortelândia (MT), Andorinhas em Itajuí (RS), Guaporé em Guaporé (RS), Pirapó em Roque Gonzáles (RS) e Saltinho em Muitos Capões (RS);

iv) A Companhia detém concessões de usinas no estado de São Paulo, através das seguintes empresas: i) Chimay com as usinas de Buritis em Buritizal, Capão Preto em São Carlos, Chibarro em Araraquara, Dourados e Gavião Peixoto em Nuporanga, Esmeril em Patrocínio Paulista, Lençóis em Macatuba e São Joaquim em Guarará; ii) Mohini com as usinas de Eloy Chaves e Pinhal em Espírito Santo do Pinhal, Jaguarí em Pedreira, Monjolinho em São Carlos e Socorro em Socorro; iii) Jayaditya com as usinas de Americana em Americana, Salto Grande em Campinas, Santana em São Carlos e Três Saltos em Torrinha.



1.1 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- Geração hídrica: o período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE.

As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

- Geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;

1.2 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo;
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia;
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor;

O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação "Nossa jornada frente as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.



Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193.

Iniciativas específicas

Segmento de geração: Foco em fontes renováveis e inovações para segurança de barragens e eficiência dos ativos, como a plataforma Hydro 4.0, que integra soluções digitais da indústria 4.0; a diversificação do portfólio e repactuação do GSF (*Generation Scalling Factor*).

1.3 Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

1.4 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.138.076 e R\$ 1.034.300, sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar eventuais necessidades de caixa. O Grupo tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.



(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“CPFL Renováveis”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 2 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores graus de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);



- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros – derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (hídrica, biomassa, eólica e solar). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa BAESA que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesia.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das



obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.



Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.



- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.



Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a depreciação de tais ativos foi calculada com base na vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Classe de ativo Imobilizado	Taxa média anual	
	2025	2024
Terrenos	4,57%	5,44%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,64%	3,70%
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,05%	3,93%
Máquinas e equipamentos	4,44%	4,58%
Veículos	14,29%	14,28%
Móveis e utensílios	6,33%	6,15%

Os valores residuais e a vida útil do ativo são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide nota 12.



3.6 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 14,98% (10,54% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.7 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 14,24% (9,62% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões de desmobilização, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

i) Ágio

O ágio (*"goodwill"*) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de "resultado de participações societárias" em atendimento ao ICPC 09 (R3). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como "amortização de intangível de concessão" em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões, no caso da Companhia, possui duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:



- (a) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (b) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

ii) Ativos intangíveis de vida útil definida

Intangíveis com vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro 2025 e 2024, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são como segue:

Classe de ativo intangível	Taxa média anual	
	2025	2024
Direito de concessão	4,17%	4,17%
Uso do bem público/GSF/Risco Hidrológico	6,84%	7,34%
Outros ativos intangíveis	3,32%	4,40%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.9 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativo financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).



Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Ressarcimento

A receita das controladas da CPFL Renováveis é reconhecida conforme disposto no CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, e decorre da geração e venda de energia elétrica no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), celebrados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Nos termos contratuais, as controladas assumem obrigação de desempenho consistente na entrega de quantidade determinada de energia elétrica ao longo do prazo contratual. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a energia é gerada e entregue ao sistema, refletindo a transferência do controle ao cliente.

Os contratos preveem sistemática de ressarcimento anual e quadrienal à CCEE nas situações em que o volume de energia efetivamente entregue seja inferior ao montante contratado, observadas as regras de apuração e tolerâncias previstas contratualmente. Nesses casos, a Companhia reconhece provisão para ressarcimento quando houver obrigação presente, legal ou contratual, resultante de evento passado, cuja liquidação seja considerada provável e possa ser estimada de forma confiável, nos termos do CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.”



3.12 Benefícios a empregados

A Companhia possui plano de pensão e benefícios pós-emprego, sendo considerada como patrocinadora destes planos, onde apesar de possuírem particularidades, os planos apresentam as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.13 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.14 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens



ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.16 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.



3.17 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.18 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como *ágio* ("*goodwill*"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.19 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o *ágio* como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto e coligadas



As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.20 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações à IAS 21, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e divulgação nas Demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício



em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Baseada em uma análise preliminar, a companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento.

(c) Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e Aplicação ao método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que referenciam energia provenientes de fontes renováveis

A alteração visa esclarecer situações em que os Contratos de Energia Renovável podem ser aplicados/interpretados como instrumentos de Hedge. A norma exige a aplicação a contratos para compra ou venda de itens não financeiros que possam ser liquidados em dinheiro ou outros instrumentos financeiros, com exceção para contratos que foram firmados e continuam a serem mantidos com o propósito de realmente receber ou entregar o item não financeiro de acordo com as necessidades operacionais da entidade



(referindo-se a contratos que têm a intenção de entrega física do item não financeiro). Esta alteração entra em vigor a partir de 01/01/2026.

Neste viés, contanto que seus contratos de venda visem a entrega de energia e mantenham os preços definidos em contrato, e/ou os de compra para manter o lastro e cumprir contratos de venda já firmados, a Companhia poderia continuar a contabilizar esses contratos como contratos de compra e venda normais.

Assim, com base nas análises preliminares realizadas pela Companhia, não se esperam impactos para a companhia decorrentes destas alterações.

(e) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos bancários	247	10.991	1.019	18.984
Aplicações financeiras	52.339	121.916	413.240	208.880
Títulos de crédito privado (a)	3.097	1.883	6.284	41.616
Operações compromissadas em Debêntures (b)	31.102	118.870	38.314	140.555
Fundos de investimento (c)	18.140	1.163	368.642	26.709
Total	52.586	132.907	414.259	227.864

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (30% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 98,11% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 96,88% para Operações Compromissadas (102,23% do CDI para CDB e 84,59% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2024).



- c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 99,76% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos e valores mobiliários				
Através de fundos de investimentos	19.623	14.949	398.777	343.417
Total	19.623	14.949	398.777	343.417

Em 31 de dezembro de 2025 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2025 é de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	SalDOS vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2025	2024
Circulante					
Operações realizadas CCEE	21.001	1.645	-	22.646	13.854
Concessionárias e permissionárias	197.451	1.347	2.183	200.981	191.885
Total	218.452	2.992	2.183	223.627	205.739

PCLD				(27)	(60)
Total Circulante				223.600	205.679

Não Circulante					
Operações realizadas CCEE	1.618	-	-	1.618	2.959
Total não circulante	1.618	-	-	1.618	2.959

	Consolidado				
	SalDOS vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2025	2024
Circulante					
Operações realizadas CCEE	71.408	3.300	1.257	75.965	76.925
Concessionárias e permissionárias	356.564	1.568	2.744	360.876	370.670
Total	427.972	4.868	4.001	436.841	447.595

PCLD				(3.219)	(3.514)
Total circulante				433.622	444.081

Não circulante					
Operações realizadas CCEE	3.165	-	-	3.165	15.989
Total não circulante	3.165	-	-	3.165	15.989

Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

Concessionárias e permissionárias - Referem-se às provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.



7.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A PCLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32.e.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir:



	Controladora			Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (Nota 11)	Total	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (Nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2023	(46)	(352)	(399)	(343)	(352)	(696)
Reversão (Constituição) de provisão, líquida	(14)	321	307	(89)	321	232
Recuperação de receita	(335)	-	(335)	(438)	-	(438)
Baixa (Adições) de contas a receber provisionadas	335	-	335	(2.644)	-	(2.644)
Saldo em 31/12/2024	(60)	(31)	(91)	(3.514)	(31)	(3.545)
Reversão (Constituição) de provisão, líquida	33	11	44	295	(11.977)	(11.682)
Recuperação de receita	(70)	-	(70)	4	-	4
Baixa (Adições) de contas a receber provisionadas	70	-	70	(4)	-	(4)
Saldo em 31/12/2025	(27)	(20)	(47)	(3.219)	(12.008)	(15.227)
Total circulante	(27)	(20)	(47)	(3.219)	(20)	(3.239)
Total não circulante	-	-	-	-	(11.988)	(11.988)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Antecipações de Contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL")	1	-	89	1.908
Antecipações de Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas ("IRPJ")	2	-	186	5.301
IRPJ e CSLL	9.939	9.072	13.253	12.240
IRPJ e CSLL a compensar (a)	9.942	9.072	13.528	19.449
Imposto sobre a renda retido na fonte ("IRRF") (b)	12.887	6.830	24.358	14.741
Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")	-	-	5.692	6.201
Programa de integração social ("PIS")	5.380	7.778	9.915	11.931
Contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS") (c)	22.355	34.193	44.294	54.351
Outros	-	2	171	136
Outros tributos a compensar	40.622	48.803	84.430	87.360
Total circulante	50.564	57.875	97.958	106.809
Não Circulante				
Antecipações de CSLL	7.512	6.744	12.885	10.140
Antecipações IRPJ	60.970	54.316	95.392	85.978
IRPJ e CSLL a compensar (a)	68.482	61.060	108.278	96.118
ICMS	75	-	3.352	3.216
PIS	-	-	353	326
Outros tributos a compensar	75	-	3.705	3.542
Total não circulante	68.557	61.060	111.983	99.660

- (a) IRPJ e CSLL a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.
- (b) IRRF refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e de Imposto de Renda retido sobre mútuos, que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.
- (c) PIS e COFINS – Refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.



(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Crédito (Débito) de CSLL				
Bases negativas	104.967	127.328	104.967	127.328
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	(72.830)	(77.310)	(172.457)	(186.395)
	32.137	50.018	(67.490)	(59.067)
Crédito (Débito) de IRPJ				
Prejuízos fiscais	292.606	354.484	292.606	354.484
Benefício fiscal do intangível incorporado	3.015	4.309	3.015	4.308
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	(202.304)	(214.752)	(478.719)	(517.435)
	93.317	144.041	(183.098)	(158.643)
Total	125.453	194.059	(250.588)	(217.710)
Total crédito fiscal	125.453	194.059	126.690	195.296
Total débito fiscal	-	-	(377.278)	(413.006)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos ocorrida em setembro de 2020, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	662	1.838	497	1.382
Provisão relacionada a pessoal	578	1.605	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(2.892)	(8.033)	(1.267)	(3.520)
Marcação a mercado - derivativo	(5.179)	(14.384)	(125)	(346)
Marcação a mercado - dívidas	12	34	(29)	(80)
Depreciação acelerada incentivada	(7.473)	(20.757)	(9.647)	(26.797)
Outras diferenças temporárias	2.022	5.617	1.124	3.124
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(1.207)	(3.352)	(1.207)	(3.352)
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(26.412)	(73.368)	(29.613)	(82.257)
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – combinação de negócio				
<u>Impostos diferidos – ativo:</u>				
Valor justo de ativo imobilizado (menos-valia de ativos)	7.648	21.251	8.837	24.546
<u>Impostos diferidos – passivo:</u>				
Mais-valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.737)	(32.605)	(11.741)	(32.615)
Intangível – direito de exploração/ autorização	(28.852)	(80.149)	(34.642)	(96.232)
Total	(72.830)	(202.304)	(77.310)	(214.751)



	Consolidado			
	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	662	1.838	497	1.382
Provisão relacionada a pessoal	578	1.606	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(2.892)	(8.033)	(1.267)	(3.520)
Marcação a mercado - derivativo	(5.179)	(14.384)	(125)	(346)
Marcação a mercado - dívidas	12	12	(29)	(80)
Depreciação acelerada incentivada	(7.473)	(20.757)	(9.647)	(26.797)
Outras diferenças temporárias	2.024	5.621	1.125	3.125
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(1.207)	(3.352)	(1.207)	(3.352)
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(26.412)	(73.368)	(29.613)	(82.257)
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – combinação de negócio				
<u>Impostos diferidos – ativo:</u>				
Valor justo de ativo imobilizado (menos-valia de ativos)	11.032	30.647	12.219	33.941
<u>Impostos diferidos – passivo:</u>				
Mais-valia decorrente da apuração de custo atribuído	(6.838)	(18.996)	(16.056)	(44.601)
Intangível – direito de exploração/ autorização	(136.763)	(379.570)	(142.794)	(396.325)
Total	(172.457)	(478.719)	(186.394)	(517.435)

9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Consolidado
2026	32.984
2027	111.601
2028	115.832
2029	64.730
2030 a 2032	81.033
2033 a 2035	5.036
Total	411.216

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	Controladora			
	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.326.806	1.326.806	1.454.662	1.454.662
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(544.779)	(544.779)	(724.583)	(724.583)
Outras adições permanentes, líquidas	5.866	3.396	51.878	85.257
Base de cálculo	787.893	785.422	781.957	815.336
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(70.910)	(196.356)	(70.376)	(203.834)
Ajuste de créditos fiscais	851	2.364	671	1.865
Total	(70.059)	(193.991)	(69.705)	(201.969)
Corrente	(52.178)	(143.266)	(52.778)	(153.937)
Diferido	(17.881)	(50.725)	(16.927)	(48.032)



	Consolidado			
	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.418.744	1.418.744	1.514.441	1.514.441
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	5.667	5.667	10.800	10.800
Efeito regime lucro presumido	(395.304)	(479.854)	(518.998)	(597.899)
Outras adições permanentes, líquidas	21.651	19.180	66.935	100.315
Base de cálculo	1.050.758	963.737	1.073.178	1.027.657
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(94.568)	(240.934)	(96.586)	(256.914)
Ajuste de créditos fiscais	353	1.247	11.306	32.052
Total	(94.216)	(239.687)	(85.280)	(224.862)
Corrente	(85.906)	(215.119)	(87.100)	(230.840)
Diferido	(8.310)	(24.569)	1.820	5.978

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 32.879 (Receita em R\$ 7.798 em 2024).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Ganhos atuariais	2.516	2.516	(17.757)	(17.757)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	4.646	4.646	14.291	14.291
Base de cálculo	7.162	7.162	(3.466)	(3.466)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Custo atribuído de ativo imobilizado	38.484	38.484	16.582	16.582
Subtotal	38.484	38.484	16.582	16.582
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(3.464)	(9.621)	(1.492)	(4.145)
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(3.464)	(9.621)	(1.492)	(4.145)

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial na data base de 31 de dezembro de 2025 e 2024 por não haver expectativa de realização.

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da CPFL Renováveis possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2025, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 37.108 (R\$35.812 em 31 de dezembro de 2024). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.



(10) ARRENDAMENTOS

(a) Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Controladora	Consolidado
Custo ou avaliação: (1)		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.268	83.046
Remensuração	6	(2.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.274	85.334
Amortização acumulada: (2)		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3.928)	(27.230)
Amortizações no exercício	(626)	(3.276)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(4.554)	(30.506)
Valor residual líquido		
Em 31 de dezembro de 2024	7.340	55.816
Em 31 de dezembro de 2025	6.720	54.828

(1) Direito de uso composto pelas classes de Terras e Imóveis

(2) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do IPCA e taxa NTN-b.

(b) Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação do passivo de arrendamento, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.090)	(78.027)
Baixas	404	404
Pagamentos	1.740	11.901
Juros	(1.360)	(10.752)
Remensuração (1)	(371)	(2.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(9.676)	(79.033)
Total circulante	(160)	(1.094)
Total não circulante	(9.516)	(77.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(8.112)	(76.700)
Incorporação (2)	(2.626)	-
Pagamentos	392	3.061
Juros	(259)	(2.727)
Remensuração (1)	515	(1.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.090)	(78.027)
Total circulante	(1.020)	(4.460)
Total não circulante	(9.070)	(73.467)

(1) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do IPCA e taxa NTN-b.

(2) Refere-se a saldos do direito de uso das subholdings incorporadas na controladora, vide nota 12.

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Créditos a receber	45.210	19.194	62.584	51.657
Créditos a receber – rateios	32.655	13.649	4.607	5.659
Adiantamentos – plano de pensão	3.191	2.658	3.191	2.658
Adiantamentos – fornecedores	1.086	1.496	1.856	2.155
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	303	47.716	21.231
Ordens em curso	(236)	241	(236)	255
Despesas antecipadas	19.823	23.304	44.982	40.915
Adiantamentos a funcionários	1.459	1.011	1.459	1.011
Outros	22.970	42.627	41.077	135.979
PCLD (nota 7.1)	(20)	(31)	(12.008)	(31)
Total	126.137	104.452	195.226	261.489
Total circulante	90.447	80.187	139.651	155.242



Total não circulante	35.690	24.265	55.575	106.247
----------------------	--------	--------	--------	---------

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com os sócios minoritários das controladas, do Contrato de pré-compra da Baldin x Bioenergia e do Acordo Bio Formosa. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento Fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Investimentos	4.963.415	5.083.198	91.027	102.883
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	115.000	-	-
Subtotal	4.963.415	5.198.198	91.027	102.883
Mais-valia de ativos, líquidos	675.412	755.766	650	713
Total investimentos	5.638.828	5.953.964	91.677	103.596
Provisão para patrimônio líquido negativo	(19.513)	(67.818)	-	-
Total Provisão para patrimônio líquido negativo	(19.513)	(67.818)	-	-

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:



12.1.1 Investimentos

	Controladora				
	Participação no Capital %	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		2025	2024	2025	2024
Alto Irani	100,00%	50.503	48.878	47.595	64.559
Aiuruoca	100,00%	-	5.325	343	-
Arvoredo (b)	100,00%	77.931	76.921	14.510	-
Atlântica I	100,00%	47.821	57.250	12.095	14.909
Atlântica II	100,00%	45.273	53.980	14.985	14.457
Atlântica IV	100,00%	54.539	62.842	13.459	15.013
Atlântica V	100,00%	58.723	68.431	12.642	14.706
BAESA (c)	25,00%	91.027	102.883	(5.605)	(10.737)
Baixa Verde	95,00%	611	565	46	(5)
Barra da Paciência (b)	100,00%	80.438	77.580	7.858	-
Bio Alvorada	100,00%	103.069	100.533	2.536	2.884
Bio Coopcana	100,00%	105.852	110.910	12.798	12.174
Bio Ester	100,00%	69.148	89.320	7.352	29.815
Bio Formosa (a)	100,00%	-	52.397	8.014	3.301
Bio Ipê (a)	100,00%	-	14.760	871	1.788
Bioenergia	100,00%	35.550	44.209	2.402	16.159
Boa Vista 2	100,00%	155.037	150.444	14.355	15.539
Cachoeira Grande (a)	100,00%	-	2.159	145	2.011
Cajueiro	95,00%	669	626	56	(25)
Campos dos Ventos I (b)	100,00%	100.312	121.176	3.446	-
Campos dos Ventos II	100,00%	53.623	71.388	(4.676)	10.928
Campos dos Ventos III (b)	100,00%	89.959	94.719	4.011	-
Campos dos Ventos V (b)	100,00%	95.473	92.085	2.740	-
Cherobim	100,00%	440.606	431.983	3.623	2.693
Chimay Empreendimentos	100,00%	99.439	101.928	4.511	17.546
Cocais Grande (b)	100,00%	27.550	25.769	15.281	-
Corrente Grande (b)	100,00%	64.585	70.115	2.471	-
Costa Branca	95,00%	40.748	45.412	8.630	7.650
Costa das Dunas	95,00%	65.985	72.642	(4.754)	1.953
DESA (b)	100,00%	-	150	-	-
Dobrevê	-	-	-	-	134.040
Eólica Paracuru	100,00%	48.657	49.618	41.881	52.235
Eurus I (b)	100,00%	31.539	34.155	(1.059)	-
Eurus III (b)	100,00%	31.053	35.348	(1.113)	-
Eurus VI	100,00%	10.647	9.611	1.308	262
Farol de Touros	94,00%	60.288	62.019	(1.731)	1.013
Figueira Branca	100,00%	27.624	27.930	(306)	1.139
Figueirópolis (b)	100,00%	94.661	107.526	33.477	-
Gameleira	100,00%	36.980	39.865	(2.885)	1.196
Jayaditya Empreendimentos	100,00%	38.717	36.692	2.025	25.896
Juremas	95,00%	26.539	23.595	8.547	5.011
Ludesa (b)(d)	60,00%	52.516	53.083	32.251	-
Macacos	95,00%	40.898	34.339	10.779	2.326
Mata Velha (b)	95,00%	118.148	125.978	10.393	-
Mohini Empreendimentos	100,00%	57.107	54.362	17.849	39.303
Morro dos Ventos I (b)	100,00%	57.176	57.479	(304)	-
Morro dos Ventos II (b)	100,00%	59.358	58.366	3.304	-
Morro dos Ventos III (b)	100,00%	41.305	42.631	4.617	-
Morro dos Ventos IV (b)	100,00%	44.488	43.592	3.921	-
Morro dos Ventos VI (b)	100,00%	58.508	58.727	9.338	-
Morro dos Ventos IX (b)	100,00%	42.928	52.827	6.846	-
Navegantes	95,00%	165	149	17	5
Ninho da Águia (b)	100,00%	40.562	41.066	1.496	-
Novo Horizonte (b)	100,00%	104.213	106.987	3.668	-
Paíol (b)	100,00%	68.250	65.074	12.176	-
PCH Holding	-	-	-	-	161.189
Pedra Cheirosa I	100,00%	108.196	109.600	611	2.121
Pedra Cheirosa II	100,00%	99.993	99.893	957	901
Pedra Preta	95,00%	44.188	43.425	10.363	7.731
Plano Alto	100,00%	36.297	40.374	36.610	51.166
Rosa dos Ventos	100,00%	52.667	53.319	26.451	25.238
Salto Góes	100,00%	93.492	96.500	21.075	22.192
Santa Clara I	100,00%	49.250	47.596	2.919	1.081
Santa Clara II	100,00%	29.885	28.815	2.914	1.713
Santa Clara III	100,00%	28.077	27.437	3.036	2.326
Santa Clara IV	100,00%	30.797	28.712	2.929	734
Santa Clara V	100,00%	28.702	27.587	2.741	1.565
Santa Clara VI	100,00%	31.381	28.638	2.853	(598)
São Gonçalo (b)	100,00%	48.289	44.407	3.882	-
Santa Luzia	100,00%	165.524	162.418	33.877	29.759
SIIF Cinco	100,00%	78.117	77.413	35.664	37.667
Solar I	100,00%	1.286	1.219	67	179
Sul Centrais Elétricas	100,00%	27.645	26.793	852	6.730
Santo Dimas (b)	100,00%	113.950	115.122	8.891	-
São Benedito (b)	100,00%	111.742	119.388	4.666	-
Santa Mônica (b)	100,00%	125.657	120.911	8.740	-
Santa Ursula (b)	100,00%	113.627	119.698	12.148	-
São Martinho (b)	100,00%	68.250	70.011	6.042	-
São Domingos (b)	41,00%	102.458	110.289	3.677	-
Turbina 16	-	-	-	-	82.207
Turbina 17	100,00%	53.644	54.375	717	1.522
Varginha (b)	100,00%	35.869	37.213	7.489	-
Várzea Alegre (b)	100,00%	37.632	38.646	1.989	-
Subtotal - Investimentos		4.963.415	5.198.198	640.395	935.169
Amortização do ágio, líquido de efeitos fiscais				(66.246)	(88.283)
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais				(10.003)	(10.243)
Amortização de juros capitalizados				(4.979)	(1.370)
Total investimentos				559.167	835.271

(a) Em 31 de dezembro de 2025 a CFL Renováveis realizou a incorporação das subsidiárias, Aiuruoca, Bio Ypê, Bio Formosa, Bio Pedra e Cachoeira Grande



- visando uma melhor gestão de custos da Companhia.
- (b) Refere-se ao grupo de empresas que passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis devido a incorporação das subholdings Dobrevê, PCH Holding e Turbina 16.
 - (c) Refere-se à participação no empreendimento BAESA controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial. Desta forma, para 31 de dezembro de 2025 o empreendimento apresentou os seguintes saldos: Ativo total: R\$ 975.446, Capital social: R\$ 373.381, Patrimônio líquido: R\$ 382.128 e Resultado líquido: (R\$ 22.415).
 - (d) Refere-se à participação na Controlada LUDESA, registrada pelo método de equivalência patrimonial. Desta forma, para 31 de dezembro de 2025 o empreendimento apresentou os seguintes saldos: Ativo total: R\$ 90.969, Capital social: R\$ 52.521, Patrimônio líquido: R\$ 33.559 e Resultado líquido: (R\$ 53.968).

12.1.2 Provisão para patrimônio líquido negativo em controladas e coligadas

	Participação no Capital %	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		2025	2024	2025	2024
Bio Buriti	100,00%	(19.513)	(15.702)	(3.811)	2.347
Bio Pedra (a)	100,00%	-	(52.116)	(10.577)	(113.036)
Total Provisão para patrimônio líquido negativo		(19.513)	(67.818)	(14.388)	(110.689)

(a) Em 31 de dezembro de 2025 a CFL Renováveis realizou a incorporação da subsidiária Bio Pedra, visando uma melhor gestão de custos da Companhia.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 57.931 (R\$ 86.450 no ano de 2024) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R3).

A movimentação, na controladora dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:



Controladora									
Investimentos	31/12/2024	Aumento/Redução de capital	Reestruturação societária	Amortização de juros capitalizados	Transferência	Equivalência Patrimonial	AFAC	Dividendos	31/12/2025
Alto Irani	48.878	-	-	-	-	47.595	-	(45.970)	50.503
Aiuruoca	5.325	-	(3.162)	-	-	343	-	(2.506)	-
Arvoredo	76.921	-	-	-	-	14.510	-	(13.500)	77.931
Atlântica I	57.250	(5.000)	-	-	-	12.095	-	(16.525)	47.821
Atlântica II	53.980	(5.000)	-	-	-	14.985	-	(18.692)	45.273
Atlântica IV	62.842	(5.000)	-	-	-	13.459	-	(16.762)	54.539
Atlântica V	68.431	(4.000)	-	-	-	12.642	-	(18.351)	58.723
BAESA	102.883	(6.251)	-	-	-	(5.605)	-	-	91.027
Baixa Verde	565	-	-	-	-	46	-	-	611
Barra da Paciência	77.580	-	-	-	-	7.858	-	(5.000)	80.438
Bio Alvorada	100.533	-	-	-	-	2.536	-	-	103.069
Bio Buri	-	-	-	-	3.811	(3.811)	-	-	-
Bio Coopcana	110.910	-	-	-	-	12.798	-	(17.855)	105.852
Bio Ester	89.320	-	-	-	-	7.352	-	(27.524)	69.148
Bio Formosa	52.397	(25.000)	(35.412)	-	-	8.014	-	-	-
Bio Ipe	14.760	(9.000)	(6.271)	(360)	-	871	-	-	-
Bioenergia	44.209	-	-	-	-	2.401	-	(11.060)	35.550
Boa Vista 2	150.444	-	-	-	-	14.355	-	(9.762)	155.037
Cachoeira Grande	2.159	(2.000)	(304)	-	-	145	-	-	-
Cajueiro	626	-	-	-	-	56	-	(13)	669
Campos dos Ventos I	98.409	-	-	(314)	-	3.446	-	(1.228)	100.312
Campos dos Ventos II	71.388	(5.000)	-	-	-	(4.676)	-	(8.090)	53.623
Campos dos Ventos III	98.795	(8.000)	-	(223)	-	4.011	-	(4.624)	89.959
Campos dos Ventos V	93.835	-	-	(96)	-	2.740	-	(1.006)	95.473
Cherobim	431.983	-	-	-	-	3.623	5.000	-	440.606
Chimay	101.928	-	-	-	-	4.511	-	(7.000)	99.439
Cocais Grande	25.769	-	-	-	-	15.281	-	(13.500)	27.550
Corrente Grande	70.115	-	-	-	-	2.471	-	(8.000)	64.585
Costa Branca	45.412	(3.000)	-	-	-	8.630	-	(10.295)	40.748
Costa das Dunas	72.642	(1.903)	-	-	-	(4.754)	-	-	65.985
Desa	150	-	(150)	-	-	-	-	-	-
Eólica Paracuru	49.618	-	-	-	-	41.881	-	(42.842)	48.657
Eurus I	34.155	-	-	-	-	(1.059)	-	(1.557)	31.539
Eurus III	35.348	-	-	-	-	(1.113)	-	(3.182)	31.053
Eurus VI	9.611	-	-	(23)	-	1.308	-	(249)	10.647
Farol de Touro	62.019	-	-	-	-	(1.731)	-	-	60.288
Figueira Branca	27.930	-	-	-	-	(306)	-	-	27.624
Figueirópolis	107.526	(8.000)	-	-	-	33.477	-	(38.342)	94.661
Garmeleira	39.865	-	-	-	-	(2.855)	-	-	36.980
Ludesa	53.083	(1.200)	-	-	-	32.251	-	(31.618)	52.516
Jayaditya	36.692	-	-	-	-	2.025	-	-	38.717
Juremas	23.595	-	-	-	-	8.547	-	(5.603)	26.539
Macacos	34.339	-	-	-	-	10.779	-	(4.220)	40.898
Mata Velha	125.978	(4.000)	-	-	-	10.393	-	(14.223)	118.148
Mohini	54.362	-	-	-	-	17.849	-	(15.104)	57.107
Morro dos Ventos I	57.479	-	-	-	-	(304)	-	-	57.176
Morro dos Ventos II	58.366	-	-	-	-	3.304	-	(2.313)	59.358
Morro dos Ventos III	42.631	(2.500)	-	-	-	4.617	-	(3.443)	41.305
Morro dos Ventos IV	43.592	(1.000)	-	-	-	3.921	-	(2.024)	44.488
Morro dos Ventos VI	58.727	(2.000)	-	-	-	9.338	-	(7.557)	58.508
Morro dos Ventos IX	52.827	(13.000)	-	-	-	6.846	-	(3.746)	42.928
Ninho da Águia	41.066	-	-	-	-	1.496	-	(2.000)	40.562
Paol	65.074	-	-	-	-	12.176	-	(9.000)	68.250
Navegantes	149	-	-	-	-	17	-	-	165
Novo Horizonte	106.987	(3.000)	-	-	-	3.668	-	(3.442)	104.213
Pedra Cheirosa I	109.600	-	-	-	-	611	-	(2.015)	108.196
Pedra Cheirosa II	99.893	-	-	-	-	957	-	(856)	99.993
Pedra Preta	43.425	(1.425)	-	-	-	10.363	-	(8.175)	44.188
Plano Alto	40.374	-	-	-	-	36.610	-	(40.687)	36.297
Rosa dos Ventos	53.319	-	-	-	-	26.451	-	(27.103)	52.667
Salto Góes	96.500	-	-	-	-	21.075	-	(24.083)	93.492
Santa Clara I	47.596	-	-	(239)	-	2.919	-	(1.027)	49.250
Santa Clara II	28.815	-	-	(216)	-	2.914	-	(1.628)	29.885
Santa Clara III	27.437	-	-	(186)	-	3.036	-	(2.210)	28.077
Santa Clara IV	28.712	-	-	(147)	-	2.929	-	(697)	30.797
Santa Clara V	27.587	-	-	(139)	-	2.741	-	(1.487)	28.702
Santa Clara VI	28.638	-	-	(111)	-	2.853	-	-	31.381
Santa Luzia	162.418	-	-	-	-	33.877	-	(30.771)	165.524
Santa Ursula	119.698	(4.000)	-	(146)	-	12.148	-	(14.072)	113.627
Santa Mônica	130.259	(3.000)	-	(486)	-	8.740	-	(9.856)	125.657
Santo Dims	122.714	(6.000)	-	(396)	-	8.891	-	(11.259)	113.949
São Benedito	119.388	(4.500)	-	(230)	-	4.666	-	(7.582)	111.742
São Domingos	110.289	(6.000)	-	(127)	-	3.677	-	(5.381)	102.458
São Gonçalo	44.407	-	-	-	-	3.882	-	-	48.289
São Martinho	70.011	(3.500)	-	(66)	-	6.042	-	(4.237)	68.250
SILF Cinco	77.413	-	-	-	-	35.664	-	(34.960)	78.117
Solar I	1.219	-	-	-	-	67	-	-	1.286
Sul Centrais Elétricas	26.793	-	-	-	-	852	-	-	27.645
Turbina 17	54.375	-	-	-	-	717	-	(1.448)	53.644
Varginha	37.213	-	-	-	-	7.489	-	(8.831)	35.871
Várzea Alegre	38.643	(1.500)	-	-	-	1.989	-	(1.500)	37.631
Total	5.198.198	(143.779)	(45.299)	(3.505)	3.811	636.580	5.000	(687.593)	4.963.415

Controladora									
Provisão passivo descoberto	31/12/2024	Aumento/Redução de capital	Reestruturação societária	Amortização de juros capitalizados	Transferência	Equivalência Patrimonial	AFAC	Dividendos	31/12/2025
Bio Buri	(15.703)	-	-	-	(3.811)	-	-	-	(19.513)
Bio Pedra	(52.115)	-	64.166	(1.473)	-	(10.577)	-	-	-
Total	(67.818)	-	64.166	(1.473)	(3.811)	(10.577)	-	-	(19.513)



Controladora									
Investimentos	31/12/2023	Aumento/Redução de capital	Reestruturação societária	Amortização de juros capitalizados	Transferência	Equivalência Patrimonial	AFAC	Dividendos	31/12/2024
Alto Irani	29.029	-	-	-	-	64.559	-	(44.710)	48.878
Aiuruoca	-	-	5.325	-	-	-	-	-	5.325
Arvoredo	-	-	76.921	-	-	-	-	-	76.921
Atlântica I	61.315	(4.000)	-	-	-	14.909	-	(14.974)	57.250
Atlântica II	59.920	(7.700)	-	-	-	14.457	-	(12.697)	53.980
Atlântica IV	70.230	(8.300)	-	-	-	15.013	-	(14.100)	62.842
Atlântica V	75.248	(9.500)	-	-	-	14.706	-	(12.023)	68.431
BAESA	113.621	-	-	-	-	(10.737)	-	-	102.883
Baixa Verde	570	-	-	-	-	(5)	-	-	565
Barra da Paciência	-	-	77.580	-	-	-	-	-	77.580
Bio Alvorada	98.288	-	-	-	-	2.884	-	(639)	100.533
Bio Burti	(18.050)	-	-	18.050	-	-	-	-	-
Bio Coopcana	109.554	-	-	-	-	12.174	-	(10.818)	110.910
Bio Ester	74.505	(5.000)	-	-	-	29.815	-	(10.000)	89.320
Bio Formosa	67.366	-	-	-	-	3.301	-	(18.270)	52.397
Bio Ipe	20.730	-	-	-	(61)	1.788	-	(7.698)	14.760
Bio Pedra	121.168	-	-	(121.168)	-	-	-	-	-
Bioenergia	56.367	(9.000)	-	-	-	16.159	-	(19.318)	44.209
Boa Vista 2	152.168	(3.000)	-	-	-	15.539	-	(14.263)	150.444
Cachoeira Grande	148	-	-	-	-	2.011	-	-	2.159
Cajueiro	689	-	-	-	-	(25)	-	(37)	626
Campos dos Ventos I	-	-	98.409	-	-	-	-	-	98.409
Campos dos Ventos II	65.172	-	-	-	-	10.928	-	(4.711)	71.388
Campos dos Ventos III	-	-	98.795	-	-	-	-	-	98.795
Campos dos Ventos V	-	-	93.835	-	-	-	-	-	93.835
Cherobim	125.791	188.500	-	-	-	2.693	115.000	-	431.984
Chimay	89.382	-	-	-	-	17.546	-	(5.000)	101.928
Cocais Grande	-	-	25.769	-	-	-	-	-	25.769
Corrente Grande	-	-	70.115	-	-	-	-	-	70.115
Costa Branca	53.517	(6.428)	-	-	-	7.650	-	(9.327)	45.412
Costa das Dunas	82.552	(5.703)	-	-	-	1.953	-	(6.160)	72.642
Desa	-	-	150	-	-	-	-	-	150
Dobrevê	884.246	(55.000)	(833.055)	-	-	134.040	-	(130.231)	-
Edifica Paracuru	40.787	(6.000)	-	-	-	52.235	-	(37.404)	49.618
Eurus I	-	-	34.155	-	-	-	-	-	34.155
Eurus III	-	-	35.348	-	-	-	-	-	35.348
Eurus VI	16.170	(6.000)	-	-	(23)	262	-	(798)	9.611
Farol de Touro	61.181	-	-	-	-	1.013	-	(175)	62.019
Figueira Branca	29.323	-	-	-	-	1.139	-	(2.532)	27.930
Figueirópolis	-	-	107.526	-	-	-	-	-	107.526
Gameleira	43.296	(2.500)	-	-	-	1.196	-	(2.127)	39.865
Ludesa	-	-	53.083	-	-	-	-	-	53.083
Jayaditya	10.797	-	-	-	-	25.896	-	-	36.692
Juremas	34.709	(11.221)	-	-	-	5.011	-	(4.903)	23.595
Macacos	46.342	(10.060)	-	-	-	2.326	-	(4.269)	34.339
Mata Velha	-	-	125.978	-	-	-	-	-	125.978
Mohini	15.059	-	-	-	-	39.303	-	-	54.362
Morro dos Ventos I	-	-	57.479	-	-	-	-	-	57.479
Morro dos Ventos II	-	-	58.366	-	-	-	-	-	58.366
Morro dos Ventos III	-	-	42.631	-	-	-	-	-	42.631
Morro dos Ventos IV	-	-	43.592	-	-	-	-	-	43.592
Morro dos Ventos VI	-	-	58.727	-	-	-	-	-	58.727
Morro dos Ventos IX	-	-	52.827	-	-	-	-	-	52.827
Ninho da Águia	-	-	41.066	-	-	-	-	-	41.066
Paol	-	-	65.074	-	-	-	-	-	65.074
Navegantes	144	-	-	-	-	5	-	-	149
Novo Horizonte	-	-	106.987	-	-	-	-	-	106.987
PCH Holding	475.238	(5.000)	(501.531)	-	-	161.189	-	(129.896)	-
Pedra Cheirosa I	132.230	(24.000)	-	-	-	2.121	-	(751)	109.600
Pedra Cheirosa II	110.893	(11.000)	-	-	-	901	-	(902)	99.893
Pedra Preta	51.176	(6.632)	-	-	-	7.731	-	(8.850)	43.425
Plano Alto	21.768	-	-	-	-	51.166	-	(32.559)	40.374
Rosa dos Ventos	49.263	-	-	-	-	25.238	-	(21.182)	53.319
Salto Góes	101.725	(4.000)	-	-	-	22.192	-	(23.417)	96.500
Santa Clara I	64.512	(17.000)	-	-	(239)	1.081	-	(757)	47.596
Santa Clara II	43.265	(15.000)	-	-	(216)	1.713	-	(948)	28.815
Santa Clara III	43.249	(15.000)	-	-	(186)	2.326	-	(2.952)	27.437
Santa Clara IV	45.870	(16.000)	-	-	(147)	734	-	(1.745)	28.712
Santa Clara V	44.999	(16.000)	-	-	(139)	1.565	-	(2.839)	27.587
Santa Clara VI	48.445	(17.000)	-	-	(111)	(598)	-	(2.098)	28.638
Santa Luzia	164.978	(1.000)	-	-	-	29.759	-	(31.319)	162.418
Santa Ursula	-	-	119.698	-	-	-	-	-	119.698
Santa Mônica	-	-	130.259	-	-	-	-	-	130.259
Santo Dimas	-	-	122.714	-	-	-	-	-	122.714
São Benedito	-	-	119.388	-	-	-	-	-	119.388
São Domingos	-	-	110.289	-	-	-	-	-	110.289
São Gonçalo	-	-	44.407	-	-	-	-	-	44.407
São Martinho	-	-	70.011	-	-	-	-	-	70.011
Slif Cinco	70.943	(3.000)	-	-	-	37.667	-	(28.197)	77.413
Solar I	1.039	-	-	-	-	179	-	-	1.219
Sul Centrais Elétricas	20.063	-	-	-	-	6.730	-	-	26.793
Turbina 16	1.044.600	(50.000)	(976.194)	-	-	82.207	-	(100.613)	-
Turbina 17	52.852	-	-	-	-	1.522	-	-	54.375
Varginha	-	-	37.213	-	-	-	-	-	37.213
Várzea Alegre	-	-	38.643	-	-	-	-	-	38.643
Total	5.278.444	(161.543)	(88.419)	(103.118)	(1.122)	935.169	115.000	(776.209)	5.198.198

A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Consolidado				
Investimentos	Investimentos em 31/12/2024	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento / Redução de capital	Investimentos em 31/12/2025
BAESA	102.883	(5.605)	(6.251)	91.027
Total dos investimentos	102.883	(5.605)	(6.251)	91.027



12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 14).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.3 Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

	Controladora	
	2025	2024
Cajueiro	13	-
Figueirópolis	2.262	2.262
Costa das Dunas	-	465
Farol de Touros	-	157
Ludesa	-	1.594
Juremas	2.030	1.191
Macacos	2.477	553
Pedra Preta	-	914
	6.782	7.136

No consolidado, o saldo de dividendo a receber de R\$ 6.782 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.136 em 31 de dezembro de 2024), refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2025 o montante de R\$ 427.968 a título de dividendos referente ao exercício de 2024.

Adicionalmente, as controladas declararam em 2025 R\$ 4.520 como dividendos mínimos obrigatórios.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 671.747 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2025.



12.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Costa Branca	Costa das Dunas	Farol de Touros	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023	4.785	4.772	4.671	3.449	4.552	4.817	74.237	464	101.747
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	398	100	70	261	119	401	19.963	(1)	21.311
Redução de capital sem alteração no controle	-	(277)	-	(570)	(523)	(333)	(2.375)	-	(4.077)
Distribuição de dividendos adicionais, intermediários e intercalares	(508)	(297)	(10)	(202)	(200)	(429)	(20.446)	-	(22.093)
Saldo em 31/12/2024	4.675	4.298	4.731	2.938	3.948	4.456	71.380	463	96.888
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	450	(243)	(120)	447	563	541	20.440	6	22.086
Redução de capital sem alteração no controle	(150)	(97)	-	-	-	(75)	(800)	-	(1.123)
Distribuição de dividendos adicionais, intermediários e intercalares	(550)	-	-	(188)	(87)	(430)	(21.165)	-	(22.419)
Saldo em 31/12/2025	4.425	3.957	4.610	3.196	4.423	4.492	69.858	472	95.433
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	



12.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são como segue:

	Costa Branca		Costa das Dunas		Farol de Touros		Juremas		Macacos		Pedra Preta		Ludesa		Outros	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante	9.786	7.724	15.446	16.600	11.738	12.114	16.550	8.211	21.432	9.941	14.635	7.808	16.353	13.984	1.244	1.136
Caixa e equivalentes de caixa	3.390	759	4.758	1.115	1.965	527	6.726	910	8.713	857	5.665	875	2.475	3.084	1.223	1.117
Outros ativos	6.396	6.965	10.689	15.485	9.773	11.587	9.824	7.301	12.720	9.084	8.970	6.933	13.878	10.900	20	19
Ativo não circulante	63.884	61.952	113.252	117.335	110.321	110.467	43.306	45.701	64.065	63.954	59.799	60.183	94.668	78.348	681	664
Imobilizado e Intangível	63.884	61.787	113.252	114.996	110.321	108.254	43.306	45.017	64.065	63.279	59.799	59.972	94.668	77.546	-	-
Outros ativos	-	165	-	2.339	-	1.807	-	684	-	675	-	211	-	802	681	664
Passivo circulante	17.987	8.399	9.180	5.210	12.499	8.921	19.341	17.403	26.207	21.001	15.499	9.899	3.442	3.861	4	3
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.888	2.944	2.566	2.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	17.987	8.399	6.292	2.266	9.933	6.305	19.341	17.403	26.207	21.001	15.499	9.899	3.442	3.861	4	3
Passivo não circulante	11.208	13.475	49.637	52.375	44.696	46.945	9.141	11.672	11.841	16.747	10.715	12.382	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	47.968	50.775	43.235	45.724	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	11.208	13.475	1.670	1.599	1.461	1.223	9.141	11.672	11.841	16.747	10.715	12.382	-	-	-	-
Patrimônio líquido	44.475	47.802	69.881	76.350	64.864	66.308	31.374	24.837	47.449	36.146	48.221	45.711	107.579	88.472	1.921	1.798

	Costa Branca		Costa das Dunas		Farol de Touros		Juremas		Macacos		Pedra Preta		Ludesa		Outros	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19.362	17.147	19.629	17.915	20.421	15.362	17.509	13.198	22.141	16.875	26.645	17.358	70.558	65.757	-	-
Custo e despesa operacional	(5.578)	(4.766)	(16.270)	(6.828)	(13.004)	(4.575)	(4.820)	(4.697)	(8.288)	(7.684)	(11.039)	(5.175)	(10.174)	(6.031)	-	(17)
Depreciação e amortização	(4.191)	(3.974)	(5.508)	(5.888)	(5.217)	(5.433)	(3.030)	(2.741)	(3.855)	(3.626)	(3.948)	(3.628)	(7.587)	(8.260)	-	-
Receita de juros	1.454	1.025	2.111	2.306	886	580	1.597	1.251	1.871	(1.327)	1.368	845	838	1.203	151	95
Despesa de juros	(946)	(563)	(3.633)	(3.984)	(4.003)	(4.146)	(1.294)	(707)	796	(3.207)	(904)	(492)	(70)	(56)	(1)	-
Despesa de imposto sobre a renda	(1.092)	(902)	(1.325)	(1.463)	(934)	(704)	(1.028)	(1.088)	(1.402)	(1.314)	(1.296)	(892)	(2.466)	(2704)	(25)	(105)
Lucro líquido do período	9.009	7.967	(4.997)	2.059	(1.851)	1.083	8.934	5.216	11.264	2.370	10.827	8.017	51.100	49.909	125	(27)



12.4.3 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são como segue:

BAESA		
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	76.814	66.695
Caixa e equivalentes de caixa	43.413	23.751
Ativo não circulante	898.632	974.115
Passivo circulante	109.900	101.076
Outros passivos financeiros	76.015	66.663
Passivo não circulante	501.524	528.297
Outros passivos financeiros	412.432	427.758
Patrimônio líquido	364.022	411.436

BAESA		
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	242.260	227.729
Custo e despesa operacional	(180.763)	(130.306)
Depreciação e amortização	(63.379)	(58.173)
Receita de juros	10.067	3.599
Despesa de juros	(44.223)	(64.196)
Despesa de imposto sobre a renda	12.571	(21.903)
Equivalência patrimonial	1.053	311
Prejuízo líquido	(22.415)	(42.939)

12.4.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

**(13) IMOBILIZADO**

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2023	18.887	181.423	195.703	856.595	190	1.190	298.972	1.552.960
Custo histórico	18.945	466.228	525.507	2.757.870	1.464	5.358	298.972	4.074.344
Depreciação acumulada	(58)	(284.805)	(329.804)	(1.901.275)	(1.274)	(4.168)	-	(2.521.384)
Adições	-	-	-	-	-	-	69.337	69.337
Baixas	-	(7)	(3.129)	(5.364)	-	-	(3)	(8.503)
Transferências	-	800	8.909	147.142	14.349	420	(163.583)	8.037
Depreciação	(2)	(12.466)	(14.938)	(116.992)	(1.953)	(196)	-	(146.547)
Baixa de depreciação	-	7	567	2.434	-	-	-	3.008
Incorporações	5.078	-	-	-	-	-	-	5.078
Saldo em 31/12/2024	23.963	169.757	187.112	883.815	12.586	1.413	204.723	1.483.369
Custo histórico	24.023	467.021	531.287	2.899.648	15.813	5.778	204.723	4.148.293
Depreciação acumulada	(60)	(297.264)	(344.175)	(2.015.833)	(3.227)	(4.365)	-	(2.664.923)
Adições	-	-	-	-	-	-	91.732	91.732
Baixas	-	-	(769)	(15.452)	(39)	-	(8.763)	(25.023)
Transferências	-	27.929	28.091	49.174	4.672	796	(110.662)	-
Depreciação	(9)	(12.723)	(16.226)	(113.464)	(2.574)	(205)	-	(145.201)
Baixa de depreciação	-	-	82	9.488	39	-	-	9.609
Saldo em 31/12/2025	24.104	184.963	198.290	813.561	14.684	2.004	177.030	1.414.637
Custo histórico	24.173	494.950	558.609	2.933.370	20.445	6.574	177.030	4.215.151
Depreciação acumulada	(69)	(309.987)	(360.319)	(2.119.809)	(5.761)	(4.570)	-	(2.800.515)
Taxa média de depreciação 2025	4,53%	2,78%	4,72%	5,69%	14,29%	6,27%		
Taxa média de depreciação 2024	4,53%	2,75%	4,44%	5,87%	14,29%	6,26%		



Consolidado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2023	139.347	905.507	563.573	4.834.884	192	2.356	879.313	7.325.172
Custo histórico	197.956	1.790.340	1.235.165	9.854.579	1.897	10.179	879.313	13.969.429
Depreciação acumulada	(58.609)	(884.833)	(671.592)	(5.019.695)	(1.705)	(7.823)	-	(6.644.257)
Adições	-	-	-	-	-	-	292.488	292.488
Baixas	-	(113)	(55.629)	(372.084)	-	(145)	(360)	(428.331)
Transferências	762	25.664	54.653	232.781	14.349	813	(319.373)	9.649
Depreciação	(3.400)	(42.444)	(36.431)	(376.166)	(1.958)	(461)	-	(460.860)
Baixa de depreciação	-	78	18.740	231.270	-	114	-	250.202
Saldo em 31/12/2024	136.709	888.692	544.906	4.550.685	12.583	2.677	852.068	6.988.320
Custo histórico	198.718	1.815.891	1.234.189	9.715.276	16.246	10.847	852.068	13.843.235
Depreciação acumulada	(62.009)	(927.199)	(689.283)	(5.164.591)	(3.663)	(8.170)	-	(6.854.915)
Adições	-	-	-	-	-	-	211.342	211.342
Baixas	-	(270)	(3.091)	(28.353)	(39)	(16)	(12.670)	(44.439)
Transferências	23.643	298.005	81.049	243.877	4.672	1.190	(652.436)	-
Depreciação	(4.772)	(44.763)	(41.847)	(395.082)	(2.569)	(439)	-	(489.472)
Baixa de depreciação	-	146	112	12.596	39	16	-	12.909
Saldo em 31/12/2025	155.580	1.141.810	581.129	4.383.723	14.686	3.428	398.304	6.678.660
Custo histórico	222.361	2.113.626	1.312.147	9.930.800	20.879	12.021	398.304	14.010.138
Depreciação acumulada	(66.781)	(971.816)	(731.018)	(5.547.077)	(6.193)	(8.593)	-	(7.331.478)
Taxa média de depreciação 2025	4,57%	3,64%	4,05%	4,44%	14,29%	6,33%		
Taxa média de depreciação 2024	5,44%	3,70%	3,93%	4,58%	14,28%	6,15%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado é de R\$ 398.304 (R\$ 852.068 em 31 de dezembro de 2024, referente, principalmente, à execução do projeto de construção da Usina PCH Cherobim, o qual entrou em operação comercial no 1T2025. Os demais saldos em curso são relacionados às operações de manutenção que ocorrem nos empreendimentos pertencentes ao grupo, decorrentes de sua atividade operacional. Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.



Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados da Companhia.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Autorização Adquirido em combinação de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	623.053	31.648	654.701
Custo histórico	1.756.694	61.356	1.818.050
Amortização acumulada	(1.133.641)	(29.708)	(1.163.349)
Adições	-	10.240	10.240
Amortização	(64.431)	(3.723)	(68.154)
Outros ativos	(9.966)	-	(9.966)
Transferências	-	(8.037)	(8.037)
Saldo em 31/12/2024	548.656	30.128	578.784
Custo histórico	1.766.660	60.329	1.826.989
Amortização acumulada	(1.218.004)	(30.201)	(1.248.205)
Adições	-	27.564	27.564
Amortização	(64.431)	(3.861)	(68.292)
Outros ativos	(9.966)	-	(9.966)
Saldo em 31/12/2025	474.259	53.831	528.090
Custo histórico	1.766.660	87.893	1.854.553
Amortização acumulada	(1.292.401)	(34.062)	(1.326.462)

	Consolidado		
	Autorização Adquirido em combinação de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	1.828.979	159.038	1.988.017
Custo histórico	4.032.260	168.485	4.200.745
Amortização acumulada	(2.203.281)	(9.447)	(2.212.728)
Adições	-	8.113	8.113
Amortização	(167.567)	(11.048)	(178.615)
Baixa	(4.595)	-	(4.595)
Transferências	16.490	(9.649)	6.841
Saldo em 31/12/2024	1.673.307	146.454	1.819.761
Custo histórico	4.014.624	166.949	4.181.573
Amortização acumulada	(2.341.317)	(20.495)	(2.361.812)
Adições	-	33.847	33.847
Amortização	(167.516)	(13.512)	(181.027)
Outros ativos	(12.418)	(690)	(13.108)
Saldo em 31/12/2025	1.493.373	166.099	1.659.472
Custo histórico	4.037.544	200.106	4.237.650
Amortização acumulada	(2.544.171)	(34.007)	(2.578.177)



No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios, Uso do Bem Público e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2025		31/12/2024		Taxa de amortização anual	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2025	31/12/2024
Intangível adquirido não incorporado						
Alto Irani	171.016	(117.404)	53.612	61.756	4,76%	4,76%
Arvoredo	38.086	(25.958)	12.128	13.882	4,60%	4,60%
Atlântica I	469	(173)	295	310	3,13%	3,13%
Atlântica II	469	(173)	296	310	3,12%	3,12%
Atlântica IV	469	(173)	296	310	3,12%	3,12%
Atlântica V	469	(173)	296	310	3,12%	3,12%
Baixa Verde	122	-	122	4.981	-	-
Barra da Paciência	82.973	(68.644)	14.328	17.909	4,32%	4,32%
Bio Ester	15.874	(12.495)	3.379	4.322	5,94%	5,94%
Boa Vista 2	74.049	(16.434)	57.615	59.936	3,13%	3,13%
Cajueiro	264	-	264	7.823	-	-
Campo dos Ventos I	3.642	(1.286)	2.356	2.492	3,75%	3,75%
Campo dos Ventos II	5.576	(2.111)	3.466	3.637	3,07%	3,07%
Campo dos Ventos III	3.642	(1.293)	2.348	2.484	3,74%	3,74%
Campo dos Ventos V	3.642	(1.286)	2.356	2.492	3,75%	3,75%
Cocais Grande	29.297	(23.069)	6.227	7.784	5,31%	5,31%
Corrente Grande	49.995	(41.139)	8.856	11.026	4,34%	4,34%
Costa Branca	49.482	(17.844)	31.638	33.157	3,07%	3,07%
Costa das Dunas	5.278	(760)	4.519	4.673	2,93%	2,93%
Eólica Paracuru	242.676	(157.854)	84.822	75.669	4,13%	5,01%
Eurus I	65.603	(23.397)	42.207	44.281	3,16%	3,16%
Eurus III	65.603	(23.397)	42.207	44.281	3,16%	3,16%
Eurus VI	1.311	(534)	777	817	3,02%	3,02%
Farol de Touros	4.060	(491)	3.570	3.687	2,90%	2,90%
Figueira Branca	2.436	(344)	2.092	2.167	3,08%	3,08%
Figueirópolis	6.672	(3.841)	2.831	3.170	5,09%	5,09%
Gameleira	3.248	(420)	2.828	2.925	2,99%	2,99%
Juremas	40.751	(14.733)	26.018	27.272	3,08%	3,08%
Ludesa	132.073	(81.608)	50.465	57.677	5,46%	5,46%
Macacos	53.384	(19.300)	34.084	35.726	3,08%	3,08%
Mata Velha	25.463	(15.157)	10.306	11.898	6,25%	6,25%
Morro dos Ventos I	50.926	(18.617)	32.309	33.959	3,24%	3,26%
Morro dos Ventos II	3.169	(1.041)	2.128	2.227	3,12%	3,12%
Morro dos Ventos III	50.926	(18.605)	32.321	33.971	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos IV	50.926	(18.605)	32.321	33.971	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos VI	50.926	(18.605)	32.321	33.971	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos IX	53.150	(19.418)	33.732	35.454	3,24%	3,24%
Ninho da Águia	29.297	(23.069)	6.227	7.784	5,31%	5,31%
Paio	58.594	(40.401)	18.193	20.922	4,66%	4,66%
Pedra Cheirosa I	25.945	(10.636)	15.308	16.560	4,82%	4,82%
Pedra Cheirosa II	31.050	(9.568)	21.483	22.608	3,63%	3,63%
Pedra Preta	53.390	(19.253)	34.137	35.775	3,07%	3,07%
Plano Alto	127.249	(87.358)	39.892	45.951	4,76%	4,76%
Rosa dos Ventos	68.730	(43.658)	25.071	26.583	5,29%	5,54%
Salto Góes	55.442	(26.218)	29.224	31.228	3,61%	3,61%
Santa Clara I	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%	3,02%
Santa Clara II	5.229	(2.129)	3.101	3.259	3,02%	3,02%
Santa Clara III	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%	3,02%
Santa Clara IV	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%	3,02%
Santa Clara V	5.229	(2.118)	3.112	3.268	3,00%	3,00%
Santa Clara VI	5.229	(2.134)	3.096	3.254	3,02%	3,02%
Santa Luzia	88.167	(39.817)	48.350	51.194	3,23%	3,23%
Santa Mônica	5.963	(1.982)	3.981	4.199	3,66%	3,66%
Santa Ursula	5.963	(1.982)	3.981	4.199	3,66%	3,66%
Santo Dimas	5.963	(1.988)	3.975	4.194	3,67%	3,67%
São Benedito	5.963	(2.000)	3.963	4.181	3,66%	3,66%
São Domingos	5.963	(1.930)	4.033	4.242	3,50%	3,50%
São Gonçalo	32.226	(25.264)	6.962	8.667	5,29%	5,29%
São Martinho	5.963	(1.982)	3.981	4.199	3,66%	3,66%
SIIF Cinco	144.548	(94.800)	49.748	77.060	26,79%	-19,51%
Varginha	26.367	(20.762)	5.605	7.006	5,31%	5,31%
Várzea Alegre	21.973	(17.302)	4.671	5.838	5,31%	5,31%
	2.268.246	(1.249.133)	1.019.113	1.124.650		



	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
Eólica de Icarazinho	353.069	(239.633)	113.436	130.451	4,82%	4,82%
Eólica de Formosa	227.113	(155.393)	71.720	82.754	4,86%	4,86%
BVP Geradora	760.029	(494.179)	265.850	302.231	4,79%	4,79%
Semesa	426.450	(403.195)	23.255	33.221	2,34%	2,34%
	1.766.660	(1.292.400)	474.260	548.657		
Total	4.034.906	(2.541.533)	1.493.373	1.673.307		

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	22.841	46.260	86.505	81.386
Encargos de uso da rede elétrica	4.318	4.231	14.496	15.443
Materiais e serviços	38.836	43.690	110.547	117.218
Total	65.995	94.181	211.548	214.047
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	7.734	7.791	8.027	20.075
Total	7.734	7.791	8.027	20.075

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora						Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	182.521	-	(42.468)	16.340	-	(12.407)	143.986
IPCA	203.703	21.936	(18.995)	18.723	-	(8.850)	216.517
Gastos com captação	-	(1.528)	-	45	-	-	(1.483)
Total ao custo	386.224	20.408	(61.463)	35.108	-	(21.257)	359.020
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	58.288	-	(54.419)	160	(3.453)	(576)	-
Marcação a mercado	(455)	-	-	455	-	-	-
Total ao valor justo	57.833	-	(54.419)	615	(3.453)	(576)	-
Total	444.057	20.408	(115.882)	35.723	(3.453)	(21.833)	359.020
Circulante	117.784						63.732
Não Circulante	326.273						295.288

Modalidade	Controladora						Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	222.781	-	(41.710)	16.996	-	(15.546)	182.521
IPCA	143.830	60.000	(8.439)	15.581	-	(7.269)	203.703
Total ao custo	366.611	60.000	(50.149)	32.577	-	(22.815)	386.224
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	378.007	-	(338.968)	2.916	21.680	(5.347)	58.288
Marcação a mercado	(3.329)	-	-	2.874	-	-	(455)
Total ao valor justo	374.678	-	(338.968)	5.790	21.680	(5.347)	57.833
Total	741.289	60.000	(389.117)	38.367	21.680	(28.162)	444.057
Circulante	379.312						117.784
Não Circulante	361.977						326.273



Modalidade	Consolidado						Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	288.399	-	(49.611)	27.155	-	(20.854)	245.089
IPCA	360.123	21.936	(27.090)	27.769	-	(18.057)	364.681
Gastos com captação	(2.815)	(1.635)	-	313	-	-	(4.137)
Total ao custo	645.707	20.301	(76.701)	55.237	-	(38.911)	605.633
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	58.288	-	(54.418)	159	(3.453)	(576)	-
Marcação a mercado	(455)	-	-	455	-	-	-
Total ao valor justo	57.833	-	(54.418)	614	(3.453)	(576)	-
Total	703.540	20.301	(131.119)	55.851	(3.453)	(39.488)	605.633
Circulante	133.727						79.508
Não Circulante	569.813						526.125

Modalidade	Consolidado						Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	334.654	-	(48.736)	26.965	-	(24.484)	288.399
IPCA	308.240	60.000	(16.520)	25.480	-	(17.077)	360.123
Gastos com captação	(2.975)	-	-	160	-	-	(2.815)
Total ao custo	639.919	60.000	(65.256)	52.605	-	(41.561)	645.707
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	378.007	-	(338.968)	2.916	21.680	(5.347)	58.288
Marcação a mercado	(3.329)	-	-	2.874	-	-	(455)
Total ao valor justo	374.678	-	(338.968)	5.790	21.680	(5.347)	57.833
Total	1.014.597	60.000	(404.223)	58.395	21.680	(46.909)	703.540
Circulante	394.951						133.727
Não Circulante	619.646						569.813



Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			
Mensuradas ao custo - Moeda nacional								
TJLP								
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	(a)	143.987	182.521	245.089	288.399	2012 a 2039	i) Penhor e alienação fiduciária de equipamentos; ii) penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios; iii) contas reserva e centralizadora; iv) penhor de ações; v) penhor de direitos emergentes das autorizações pela ANEEL; vi) penhor de ações das beneficiárias; vii) fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; viii) fiança bancária.
IPCA								
BNB	IPCA + 1,36% a 1,48%		-	-	148.165	156.419	2022 a 2044	i) Alienação fiduciária de bens; ii) alienação fiduciária de recebíveis; iii) penhor de ações; iv) penhor de Direitos Emergentes autorizados pela ANEEL; v) penhor de recebíveis/ direitos creditórios de contratos operacionais; vi) garantia corporativa da Controladora; vii) garantia bancária; viii) conta reserva.
FINEM	IPCA + 4,18%		216.517	203.703	216.516	203.703	2022 a 2036	
Total moeda nacional			360.503	386.224	609.770	648.521		
Mensuradas ao valor justo – Moeda estrangeira								
Empréstimos bancários	US\$ + de 2,07% a 2,57%		-	58.288	-	58.288	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória.
Marcação a mercado			-	(455)	-	(455)		
Total moeda estrangeira			-	57.833	-	57.833		
Gastos com captação (*)			(1.483)	-	(4.137)	(2.815)		
Total			359.020	444.057	605.633	703.540		

(*) Conforme CPC 48/ IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem *swap* convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxas de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva: a) De 41% a 78% do CDI



Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
A partir 01/01/2026	62.685	77.890
2027	62.685	77.890
2028	33.983	49.187
2029	19.631	34.836
2030	19.631	34.836
2031 a 2035	96.673	172.836
2036 a 2040	-	62.298
2041 a 2045	-	16.352
Total	295.288	526.125

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Consolidado		Consolidado	
	Variação acumulada %		% da dívida	
	2025	2024	2025	2024
IPCA	4,26	4,83	59,81	35,40
TJLP	9,07	7,43	40,19	28,35
CDI	14,90	12,15	-	36,25
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

No exercício de 2025, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

	Montante em R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação de recurso	Encargo financeiro anual e taxa efetiva	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2025					
CPFL Renováveis	221.936	21.936	Trimestral	Mensal	Investimento	IPCA + 4,18%	Não se aplica
Total	221.936	21.936					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.



As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2025.

**(17) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora/Consolidado								
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024	Captação	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensurados ao custo - Pós fixado									
CDI	190.825	-	22.355	(22.037)	191.143	625.000	31.366	(28.324)	819.184
Gastos com captação (*)	-	-	-	-	-	(1.537)	266	-	(1.271)
Total ao custo	190.825	-	22.355	(22.037)	191.143	623.463	31.632	(28.324)	817.913
Mensurados ao valor justo – Pós fixado									
IPCA	-	132.000	6.310	-	138.310	-	14.590	(7.957)	144.943
Marcação a mercado	-	-	(12.790)	-	(12.790)	-	6.356	-	(6.434)
Total ao valor justo	-	132.000	(6.480)	-	125.520	-	20.946	(7.957)	138.509
Total	190.825	132.000	15.875	(22.037)	316.663	623.463	52.577	(36.282)	956.422
Circulante	825				3.386				631.600
Não Circulante	190.000				313.277				324.822

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		2025	2024		
CDI (a)	CDI + 1,12%	819.184	191.143	2028	Fiança CPFL Energia
IPCA (b)	IPCA + 5,81%	137.238	125.520	2031	Fiança CPFL Energia
Total		956.422	316.663		

(a) A taxa efetiva das debêntures mensurado ao custo corresponde ao CDI + 1,12%

(b) A taxa efetiva das debêntures mensurado ao valor justo corresponde ao CDI + 0,30%. Para maiores detalhes, vide nota 32.

O saldo principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:



Ano de vencimento	Consolidado
2028	190.000
2031	141.256
Subtotal	331.256
Marcação a mercado	(6.434)
Total	324.822

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2025.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

18.1 Características

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	124.158	120.010
Valor justo dos ativos do plano	(128.722)	(118.238)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	(4.564)	1.772
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	20.626	14.291
Efeito <i>risk sharing</i> (parcela atribuída aos participantes)	(720)	(1.326)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	15.342	14.737

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	137.927
Custo do serviço corrente bruto	11
Juros sobre obrigação atuarial	12.801
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(19.215)
Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	(1.326)
Benefícios pagos do exercício	(11.514)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024	118.684
Custo do serviço corrente bruto	9
Juros sobre obrigação atuarial	13.280
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(81)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	2.258
Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	606
Benefícios pagos do exercício	(11.318)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2025	123.438



Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	(115.613)
Rendimento esperado no exercício	(10.993)
Contribuições de patrocinadoras	(6.955)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.809
Benefícios pagos no exercício	11.514
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024	(118.238)
Rendimento esperado no exercício	(13.640)
Contribuições de patrocinadoras	(7.895)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(267)
Benefícios pagos do exercício	11.318
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2025	(128.722)

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	14.737
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.338
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(7.895)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(81)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	2.258
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(267)
Efeito <i>risk sharing</i>	606
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	4.646
Passivo atuarial líquido em 31/12/2025	15.342
Dívida financeira	2.523
Outras contribuições	27
Total passivo 31/12/2025	17.892
Circulante	7.993
Não circulante	9.899

Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	22.314
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.819
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(6.955)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(19.215)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	3.809
Efeito <i>risk sharing</i>	(1.326)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	14.291
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	14.737
Dívida financeira	3.709
Outras contribuições	27
Total passivo 31/12/2024	18.473
Circulante	5.706
Não circulante	12.767

18.4 Contribuições e benefícios esperados

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano pagamento	R\$ mil
2026	13.295
2027	13.492
2028	13.681
2029	13.838
2030 a 2035	84.937
Total	139.243

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 7,1 anos.



18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2025 e 2024 são como segue:

	2026 estimadas
Custo do serviço	2
Juros sobre obrigações atuariais	13.420
Rendimento esperado dos ativos do plano	(14.459)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	2.370
Total da despesa	1.333
	2025 realizadas
Custo do serviço	9
Juros sobre obrigações atuariais	13.280
Rendimento esperado dos ativos do plano (*)	(13.640)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	1.689
Total da despesa	1.338
	2024 realizadas
Custo do serviço	11
Ganho decorrente de liquidação antecipada do plano	12.801
Juros sobre obrigações atuariais	(10.993)
Total da despesa	1.819

(*) No consolidado, na rubrica de Despesas (receitas) em 2025, R\$ 13.640 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins de IFRS e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2025 foi de aproximadamente 11%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão, sendo a data final da adesão 31 de janeiro de 2026.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,83% a.a.	4,49% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima)	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 (-10) UP-84 Modificada, suavizada em 60% Masculina	AT-2000 (-10) Mercer Disability, suavizada 50% Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	ExpR 2015 a 2024	ExpR_2013 a 2021
Taxa de rotatividade esperada	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres
Probabilidade de ingresso na aposentadoria		

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela VIVEST	
	2025	2024
Renda fixa	89%	86%
Títulos públicos federais	64%	34%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	21%	51%
Renda variável	6%	8%
Fundos de investimento em ações	6%	8%
Investimentos estruturados	1%	2%
Fundos imobiliários	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado fixo	96%	96%
Imóveis	2%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2026
Renda fixa	96,20%
Renda variável	0,30%
Imóveis	1,40%
Empréstimos e financiamentos	1,80%
Investimentos no exterior	0,30%
Total da despesa (receita)	100,0%

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* ("ALM") (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos planos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Renováveis
Taxa de desconto nominal*	- 0,25 p.p. + 0,25 p.p.	2.210 (2.326)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+ 1 ano - 1 ano	(2.899) 2.659

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos da VIVEST, BREMS sb v.2015 suav. 10% MF (RGE Plano I) e AT 2000 MF (RGE Plano II), BREMS sb v.2015 (CEEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

Na VIVEST os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2025: a) aquisição de títulos públicos na curva; e b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável. Na VIVEST, o "Apetite" aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido "Apetite" aos riscos de

investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest.

A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
IRPJ	97.739	96.491	119.747	116.054
CSLL	29.703	30.877	39.974	40.418
Imposto de renda e contribuição social a recolher	127.442	127.368	159.721	156.472
PIS	3.164	2.842	4.585	4.622
COFINS	14.556	13.057	21.110	21.287
Outros	8.731	12.739	11.721	15.744
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	26.451	28.638	37.416	41.653
Total circulante	153.894	156.006	197.137	198.125
Não Circulante				
IRPJ	11.428	10.950	11.428	10.949
CSLL	1.226	1.190	1.237	1.201
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12.654	12.140	12.665	12.150
ICMS a pagar	-	123	574	989
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	123	574	989
Total não circulante	12.654	12.262	13.240	13.139

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1.

(20) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11.358	10.048	52.785	51.494
Provisão socioambiental e desmobilização de ativos	82.208	54.225	175.276	164.477
Total	93.566	64.273	228.061	215.971
Circulante	-	-	5.153	12.699
Não Circulante	93.566	64.273	222.908	203.272



20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais
Trabalhistas	7.110	747	6.937	742	8.053	940	8.246	1.027
Cíveis	1.120	133	121	-	40.564	3.654	36.767	3.523
Fiscais	3.128	11.516	2.990	2.211	4.168	22.781	6.481	14.806
Total	11.358	12.396	10.048	2.953	52.785	27.375	51.494	19.356

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

Controladora											
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	7.068	353	(524)	(257)	297	6.937	75	(60)	(163)	321	7.110
Cíveis	107	14	-	-	-	121	13.540	(107)	(12.657)	223	1.120
Fiscais	1.400	3.164	(1.455)	(245)	126	2.990	46	-	(1.010)	235	3.128
Total	8.575	3.531	(1.979)	(502)	423	10.048	14.528	(167)	(13.830)	779	11.358

Consolidado											
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	8.388	765	(944)	(408)	445	8.246	127	(278)	(411)	369	8.053
Cíveis	105.022	112.270	(76.191)	(112.410)	8.075	36.766	14.993	(189)	(13.243)	2.237	40.564
Fiscais	4.087	4.982	(2.021)	(922)	356	6.482	46	(72)	(2.512)	224	4.168
Total	117.497	118.017	(79.156)	(113.740)	8.876	51.494	15.166	(539)	(16.166)	2.830	52.785



As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

Trabalhistas - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

Cíveis - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Fiscais - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços ("ISS") e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	2025	2024
Trabalhistas	8.057	6.690
Cíveis	207.233	565.768
Fiscais	1.282.669	1.135.858
Fiscais – Outros	1.235.281	1.252.295
Regulatório	-	4.922
Total	2.733.240	2.965.533

Além dos processos contemplados no quadro acima, a Companhia está inserido em discussões judiciais, classificadas com risco possível de perda, relacionadas a ação ordinária movida pela ABRAGEL (à qual as controladas da CPFL Renováveis são associadas), em face da União Federal, contra a revisão extraordinária de garantia física suspensa por força da portaria MME nº 267/2015 (nota 21) no valor de R\$ 193.505. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para as controladas da Companhia se darão, nos cenários atuais, por meio de ajustes nos valores liquidados no âmbito da CCEE.

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

Cíveis - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.



Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem do Grupo Pedra com pedido de indenização decorrente de alegado descumprimento de obrigações contrato de constituição de consórcio firmado entre as partes.

Em março de 2023, foi proferida sentença arbitral final desfavorável às controladas, que as condenou a pagar a indenização requerida pelo Grupo Pedra. Em junho de 2023, as controladas ajuizaram ação anulatória da sentença arbitral final para contestar o valor da indenização, fixado no montante de R\$ 456 milhões (atualizado até 05/23). Em novembro de 2023, foi proferida sentença que julgou procedente a ação para anular a sentença arbitral, em favor das controladas. O Grupo Pedra interpôs apelação.

Em setembro de 2024, as partes requereram a suspensão do processo em virtude das tratativas iniciadas pelas partes para encerrar o litígio, o que foi deferido pelo Poder Judiciário. A CPFL e o Grupo Pedra celebraram acordo pôr fim ao litígio, que prevê, dentre outras obrigações, o encerramento antecipado dos Consórcios Usina da Pedra.

Em novembro de 2024, a ANEEL autorizou a transferência das outorgas das usinas termelétricas Bio Pedra, Bio Buriti e Bio Ipê, detidas, respectivamente, pela CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Bio Ipê para o Grupo Pedra. Em dezembro de 2024 todas as condições precedentes foram atendidas. Fez parte do acordo, além da finalização da discussão judicial: (i) transferência dos ativos fixos dessas usinas para o Grupo Pedra em R\$136.082; (ii) pagamento em caixa no valor de R\$139.638; (iii) finalização de todos os contratos envolvendo o grupo CPFL (CPFL Bio Buriti, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Brasil). Ainda por conta desse acordo, houve reversão da provisão na controlada CPFL Bio Buriti no montante de R\$75.049. Diante disso, o acordo foi homologado pelo Poder Judiciário em janeiro de 2025 para extinguir a ação anulatória e encerrar o litígio entre as partes.

Fiscais e Fiscais Outros - Refere-se a cobrança de tributos, tais como:

Imposto Sobre Serviços (ISS): quando da implantação dos Parques Eólicos, no montante atualizado de R\$ 755.235.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): Em agosto de 2016, a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração referente a cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido pelos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. Em junho de 2023, houve decisão parcialmente favorável, culminando na redução de 53% do valor do auto de infração. Apresentado recurso cabível pela controlada, em novembro de 2025, tornou-se definitiva decisão a desfavorável tomada por voto de qualidade, o que autoriza a exclusão da multa, remanescendo débito no montante de R\$ 139.291 (imposto e juros), atualizado até 31 de dezembro de 2025.

Em janeiro de 2026, a Companhia efetuou a quitação integral do débito de IRRF, no valor de R\$ 60.950 (imposto), com os benefícios estabelecidos pela Lei 14.689/2023, que prevê a exclusão dos juros e das multas para o adimplemento do débito no prazo de 90 dias contados da decisão definitiva tomada por voto de qualidade.

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): A partir de setembro de 2020, em decorrência da cisão parcial da CPFL Geração, com a consequente incorporação parcial de seus ativos pela CPFL Renováveis, os processos da Companhia Geração foram migrados para a CPFL Renováveis. Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 504.722 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERS A Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda como possível.

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL): A partir de setembro de 2020, em decorrência da cisão parcial da CPFL Geração, com a consequente incorporação parcial de seus ativos pela CPFL Renováveis, os processos da Companhia Geração foram migrados para a CPFL Renováveis. Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 394.479 relativos à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em



questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores.

Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS): A partir de setembro de 2020, em decorrência da cisão parcial da CPFL Geração, com a consequente incorporação parcial de seus ativos pela CPFL Renováveis, os processos da Companhia Geração foram migrados para a CPFL Renováveis. Em 2011, a Companhia recebeu um auto de infração para a cobrança da diferença dos valores recolhidos a título de PIS e COFINS, do período de abril de 2007 a dezembro de 2010, no montante atualizado de R\$ 473.095. A Companhia recolheu os tributos nos termos instituídos pela Lei n.º 9.718/98 (regime cumulativo) e no entender da fiscalização deveria ter recolhido as aludidas contribuições nos termos instituídos pelas Leis n.º 10.833 e 10.637, em virtude das alterações trazidas pela Instrução Normativa nº 468/2004.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes contingenciados refletem a melhor estimativa corrente.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 14,24% (10,54% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões de desmobilização e 14,98% (10,62% em 31 de dezembro de 2024) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

A movimentação das provisões de desmobilização de ativos e custos socioambientais está demonstrada a seguir:

Controladora				
	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2025
Desmobilização de ativos	54.226	22.801	5.182	82.208
Total	54.226	22.801	5.182	82.208

Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024
Desmobilização de ativos	52.314	(3.076)	4.988	54.226
Total	52.314	(3.076)	4.988	54.226



Consolidado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixa	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2025
Desmobilização de ativos	150.161	-	-	-	5.687	14.099	169.947
Custos socioambientais	14.316	4.720	(1.525)	(10.372)	(2.639)	829	5.329
Total	164.477	4.720	(1.525)	(10.372)	3.048	14.928	175.276

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024
Desmobilização de ativos	155.393	-	(20.047)	14.815	150.161
Custos socioambientais	15.368	(6.397)	4.402	940	14.313
Total	170.761	(6.397)	(15.645)	15.755	164.474

(21) RESSARCIMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se ao ressarcimento, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Eólicas, Biomassas e PCHs	227.051	198.620	1.117.501	847.879
Total	227.051	198.620	1.117.501	847.879
Circulante	227.051	198.620	920.379	696.866
Não Circulante	-	-	197.122	150.013

Após a finalização da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que tratou dos aprimoramentos das Regras de Comercialização em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 927/2021, posteriormente convertida na Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, foi emitida a Resolução Normativa ANEEL 1.109/2024 (REN 1.109/2024), que aprovou tais Regras com impactos nos módulos que tratam dos Encargos de Serviço de Sistema e Ressarcimentos.

De acordo com a REN 1.109/2024, as usinas eólicas têm direito ao recebimento do *Constrained-Off* em caso de restrição por razão de indisponibilidade externa, conforme classificação definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O recebimento ocorre para as horas que ultrapassam a franquia informada pelo Operador, mediante Encargo de Serviços de Sistema (ESS), sendo os agentes com consumo atendidos pelo SIN responsáveis pelo pagamento.

Sendo assim, a CCEE irá operacionalizar ao longo dos próximos meses os ajustes de: (i) Mercado de Curto Prazo (MCP); (ii) Receita de Venda dos CCEARs e; (iii) Energia de Reserva (ER), que abrangem o período de outubro de 2021 em diante, com base nas regras atualizadas da ANEEL.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Consumidores e concessionárias	1.475	1.657	1.928	2.544
Pesquisa e desenvolvimento ("P&D")	177	247	177	247
EPE / FNDCT (*)	5	7	5	7
Folha de pagamento	4.808	3.009	4.808	3.009
Participação nos lucros	20.660	19.437	20.660	19.437
Adiantamentos e outros	11.138	6.998	36.810	37.364
Total	38.263	31.355	64.388	62.608
Circulante	32.695	28.234	57.164	57.833
Não Circulante	5.568	3.121	7.224	4.775

(*) Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT").

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;
- (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	2025		2024	
	Ordinárias	Participação	Ordinárias	Participação
CPFL Energia S.A.	302.829.077	51,00%	291.845.166	49,15%
CPFL Geração de Energia S.A.	290.953.427	49,00%	301.937.338	50,85%
Total	593.782.504	100,00%	593.782.504	100,00%

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida do Grupo alcançou 2,30 vezes o EBITDA em 2025 (2,07 vezes em 2024), no critério de medição dos *covenants* financeiros do Grupo, ligeiramente maior do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice igual ou abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

23.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.632.292, o saldo é representado por 593.782.504 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da até então controladora CPFL Geração, realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovada a sua cisão parcial, referente a 1,8498% do seu investimento na Companhia. Com isso, a participação da CPFL Geração na Companhia foi reduzida de 50,8498% para 49%. O acervo



cindido foi incorporado pela controladora CPFL Energia. Como resultado, a Companhia passou a ser uma subsidiária direta da CPFL Energia.

23.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações de 2011 a 2014, R\$ 590.189 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 590.189 em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o ICPC 09 (R3) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

23.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 376.452 (R\$ 616.451 em 31 de dezembro de 2024), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 200.331 (R\$ 200.331 em 31 de dezembro de 2024; ii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 (R\$ 116.120 em 31 de dezembro de 2024), iii) Reforço de Capital de Giro constituída através do cancelamento de dividendos de 2025 no montante de R\$ (240.000).

23.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“*deemed cost*”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 220.129 (R\$ 246.504 em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) Entidade de previdência privada: O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 48.947 (R\$ 41.785 em 31 de dezembro de 2024).

23.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 22 de abril de 2025 foi aprovada a declaração de dividendos adicionais de R\$ 1.195.038 referente ao exercício de 2025, totalmente pagos durante o exercício de 2025.

A Companhia está propondo para o exercício de 2025, o montante de R\$ 25.000 de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 240.571 de dividendos adicionais e reserva de lucros estatutária de R\$ 823.088.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	1.062.756
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	26.375
(-) Constituição de reserva de legal	(472)
Lucro base para destinação	1.088.659
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	(25.000)
Dividendos adicionais propostos	(240.571)
Reserva de lucros estatutária	(823.088)

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.062.756	1.182.988
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	593.782.504	593.782.504
Lucro por ação	1,79	1,99

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica				
Fonte de Energia				
Hidrelétrica	1.280.827	1.135.103	1.280.827	1.135.103
Biomassa	-	-	152.949	330.457
Eólica	626.775	626.268	1.634.679	1.615.288
Pequenas centrais hidrelétricas	11.310	11.439	745.051	807.639
Solar	-	-	1.243	804
Suprimento de energia elétrica	1.918.912	1.772.810	3.814.749	3.889.290
Outras receitas e rendas	1.222	1.985	4.183	3.140
Outras receitas operacionais	1.222	1.985	4.183	3.140
Total da receita operacional bruta	1.920.134	1.774.795	3.818.932	3.892.430
Deduções da receita operacional				
ICMS	-	(204)	(700)	(910)
PIS	(31.682)	(29.284)	(44.764)	(44.798)
COFINS	(145.930)	(133.425)	(206.222)	(204.966)
Reserva global de reversão ("RGR")	-	-	(3)	232
Programa de P&D e eficiência energética	(104)	(105)	(104)	(105)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(236)	(218)	(1.317)	(1.674)
Taxa de fiscalização	(1.284)	(1.328)	(8.231)	(8.766)
	(179.236)	(164.564)	(261.341)	(260.987)
Receita operacional líquida	1.740.898	1.610.231	3.557.591	3.631.444

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica (em GWh)				
Fonte de Energia				
Hidrelétrica	3.548	2.529	2.731	2.529
Biomassa	-	-	76	806
Eólica	1.691	715	3.115	3.257
Pequenas centrais hidrelétricas	46	34	2.039	1.853
Solar	-	-	-	2
Suprimento de energia elétrica	5.285	3.278	7.961	8.447

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos com energia elétrica				
Energia comprada para revenda	(235.366)	(171.206)	(481.937)	(320.459)
Crédito de PIS e COFINS	21.421	15.837	19.411	19.743
	(213.945)	(155.369)	(462.526)	(300.716)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(43.292)	(41.283)	(147.000)	(147.994)
Crédito de PIS e COFINS	4.006	3.819	4.109	4.044
	(39.286)	(37.463)	(142.891)	(143.950)
Total dos custos com energia elétrica	(253.231)	(192.833)	(605.417)	(444.666)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda (em GWh)	1.885	864	2.910	1.363
Total dos custos com energia elétrica	1.885	864	2.910	1.363

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Despesas Operacionais							
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(30.270)	(19.403)	(32.585)	(59.563)	-	-	(62.855)	(78.966)
Entidade de previdência privada	(1.338)	(1.819)	-	-	-	-	(1.338)	(1.819)
Material	(14.310)	(14.215)	(1.551)	(1.944)	-	-	(15.861)	(16.159)
Serviços de terceiros	(22.015)	(21.988)	(14.732)	(23.856)	-	-	(36.747)	(45.844)
Outros	(7.207)	(8.086)	(32.471)	(8.444)	(2.899)	(2.745)	(42.577)	(19.275)
Arrendamentos e aluguéis	(2.986)	(3.758)	-	-	-	-	(2.986)	(3.758)
Publicidade e propaganda	(17)	(12)	(3.211)	(2.572)	-	-	(3.228)	(2.584)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	(14.426)	(3.344)	-	-	(14.426)	(3.344)
Perda na alienação, desativação de ativos	-	-	-	-	(2.697)	(2.609)	(2.697)	(2.609)
Outros	(4.204)	(4.316)	(14.834)	(2.528)	(202)	(136)	(19.240)	(6.980)
Total	(75.141)	(65.511)	(81.338)	(93.807)	(2.899)	(2.745)	(159.378)	(162.063)

	Consolidado							
	Despesas Operacionais							
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(72.040)	(63.996)	(79.340)	(76.247)	-	-	(151.380)	(140.243)
Entidade de previdência privada	(1.338)	(1.819)	-	-	-	-	(1.338)	(1.819)
Material	(32.151)	(31.684)	(5.455)	(4.416)	-	-	(37.606)	(36.100)
Serviços de terceiros	(151.384)	(182.295)	(91.950)	(94.447)	-	-	(243.334)	(276.742)
Outros	(48.978)	(66.107)	(60.362)	(63.627)	(1.373)	(139.030)	(110.713)	(268.764)
Arrendamentos e aluguéis	(24.106)	(31.189)	-	-	-	-	(24.106)	(31.189)
Publicidade e propaganda	(17)	(12)	(3.211)	(2.631)	-	-	(3.228)	(2.643)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	(16.422)	(51.112)	-	-	(16.422)	(51.112)
Perda na alienação, desativação de ativos	-	-	-	-	(286)	(138.343)	(286)	(138.343)
Amortização de prêmio pago (GSF)	-	(7.791)	-	-	-	-	-	(7.791)
Outros	(24.856)	(27.115)	(40.729)	(9.884)	(1.087)	(687)	(66.672)	(37.686)
Total	(305.891)	(345.901)	(237.106)	(238.737)	(1.373)	(139.030)	(544.370)	(723.668)

**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	33.557	11.848	128.778	78.469
Atualizações monetárias, cambial, juros e multas	7.760	37.945	19.933	72.641
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(2.239)	(2.322)	(3.077)	(3.783)
Outros	4.957	140	21.624	17.343
	44.035	47.611	167.260	164.670
Despesas				
Encargos de dívidas	(62.762)	(59.097)	(80.247)	(78.281)
Atualizações monetárias e cambiais	(40.976)	(14.982)	(45.427)	(13.883)
Juros sobre contratos de mútuo	(263.767)	(264.571)	(281.798)	(266.233)
Atualização de débitos fiscais	(317)	(1.009)	(634)	(2.375)
Ajuste a valor presente	(3.333)	(4.988)	(13.436)	(15.756)
Comissões, encargos e tarifas bancárias	(2.138)	(1.778)	(8.804)	(5.767)
Outros	(2.811)	(10.775)	(31.248)	(29.843)
	(376.104)	(357.200)	(461.594)	(412.138)
Resultado financeiro	(332.069)	(309.589)	(294.334)	(247.468)

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador indireto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 49% das ações e como controlador direto a CPFL Energia com 51% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 1.488.706, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.



<u>Ativo</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>2025</u>	<u>2024</u>		
Mútuo com controladas e coligadas				
SPE Bio Alvorada	-	16.945		
Total não circulante	-	19.945		

<u>Passivo</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mútuo com controladas e coligadas				
State Grid Power Participações	1.356.274	2.104.917	1.356.274	2.104.917
CPFL Energia	-	-	7.413	7.563
Atlântica V Parque Eólico	78.014	-	125.019	115.809
Total	1.434.288	2.104.917	1.488.706	2.228.289
Total circulante	79.192	-	133.610	123.372
Total não circulante	1.355.096	2.104.917	1.355.096	2.104.917

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 6.524 (R\$ 5.753 em 2024), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.



Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/ Custo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.724	3.825	1.057	1.230	-	-	(25.137)	(32.655)
Adiantamentos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	19.688	14.496	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	83.379	76.396	2.155	-	1.009.959	1.036.640	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	(8.788)	(2.125)
Imobilizado, materiais e prestação de serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	15.482	39.435	610	3.006	-	-	(16.264)	(27.196)
Contrato de mútuo								
State Grid Brazil	-	-	1.356.274	2.104.917	-	-	(313.373)	(264.339)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	132.432	123.372	-	-	(13.125)	(11.092)
Outras operações								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	(3)	-	-

(30) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramos da apólice*	2025	2024
Ativo Fixo	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	1.300.000	1.676.000
Transporte	Transporte nacional	65.235	84.422
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	159.734	150.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	182.420	175.831
Garantia	Seguro garantia	558.775	962.653
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	161.000	150.000
Total		2.427.164	3.199.642

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.



(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e *Data Protect Officer* (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.



A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.



Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				2025		2025	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	52.586	52.586	414.259	414.259
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	19.623	19.623	398.777	398.777
Derivativos		(a)	Nível 2	39.232	39.232	39.232	39.232
Total				111.441	111.441	852.268	852.268
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (***)	16	(b)	Nível 2	359.020	360.502	605.633	609.771
Debêntures - principal e encargos (***)	17	(b)	Nível 2	817.913	819.567	817.913	819.567
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	138.509	138.509	138.509	138.509
Derivativos		(a)	Nível 2	5.814	5.814	5.814	5.814
Total				1.321.256	1.324.392	1.567.869	1.573.661

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 6.811 em 31 de dezembro de 2025 (perda de R\$ 2.874 em 31 de dezembro de 2024).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

**Categoria/ Mensuração:**

- (a) Valor justo contra o resultado
- (b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício de 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado na nota 16 e 17.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.



Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
Estratégia	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	9.498	(5.814)	3.684	7.249	(3.565)	IPCA + 5,81%	CDI + 0,30%	Mar/31	132.000
	9.498	(5.814)	3.684	7.249	(3.565)				
Hedge variação índice de preços									
Empréstimos bancários - Mútuos	29.733	-	(29.733)	31.982	(2.249)	-	-	-	1.375.000
	29.733	-	(29.733)	31.982	(2.249)				
Total	39.232	(5.814)	33.417	39.232	(5.814)				

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	18.931	11.121	9.179	39.232
Marcação a mercado (*)	(8.240)	2.426	-	(5.814)
Total	10.691	13.547	9.179	33.417

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2025 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 2.426 (perda de R\$ 3.773 em 31 de dezembro de 2024), para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).



A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Empresa	Risco protegido - operação	Ganho (perda) no resultado	
		2025	2024
CPFL Energias Renováveis	Variação cambial	11.121	10.542
CPFL Energias Renováveis	Marcação a mercado	2.426	(3.773)
Total		13.547	6.769

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(1.356.273)		(139.489)	234.452	608.392
Derivativos – swap plain vanilla	1.394.734		143.444	(241.100)	(625.645)
Total	38.461	baixa renminbi	3.955	(6.648)	(17.253)
Efeitos no resultado do exercício	38.461		3.955	(6.648)	(17.253)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31/12/2025 foi de R\$ 5,50 para o dólar, R\$ 6,47 para o iene e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,94, R\$ 7,11 e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 8,0%, 11,2% e 10,3%, do dólar, iene e renminbi respectivamente em 31/12/2025.



d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado					Receita (despesa)	
	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/ Redução de índice em 25%	
						Elevação/ Redução de índice em 50%	
Instrumentos financeiros ativos	877.429				119.769	149.711	179.654
Instrumentos financeiros passivos	(951.616)				(129.896)	(162.369)	(194.843)
Derivativos – <i>swap plain vanilla</i>	(1.504.246)				(205.330)	(256.662)	(307.994)
	(1.578.433)	alta CDI	14,90%	13,65%	(215.457)	(269.320)	(323.183)
Instrumentos financeiros passivos	(245.090)				(22.524)	(28.155)	(33.786)
	(245.090)	alta TJLP	8,69%	9,19%	(22.524)	(28.155)	(33.786)
Instrumentos financeiros passivos	(503.190)				(48.457)	(60.571)	(72.686)
Derivativos – <i>swap plain vanilla</i>	142.930				13.764	17.205	20.646
	(360.260)	alta IPCA	4,26%	9,63%	(34.693)	(43.366)	(52.040)
Total	(2.183.783)				(272.674)	(340.841)	(409.009)
Efeitos no resultado do exercício					(272.674)	(340.841)	(409.009)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.



Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- B- global, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1 - 3 meses	3 meses a 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	197.052	14.496	-	8.027	-	-	219.575
Empréstimos e financiamentos – principal e encargos	16	6.516	13.032	58.645	156.386	84.630	289.086	608.295
Derivativos		-	-	-	5.814	-	-	5.814
Debêntures – principal e encargos	17	-	-	-	625.000	190.000	136.093	951.093
Taxas regulamentares		72.843	-	-	-	-	-	72.843
Outros	22	1.729	204	-	-	-	-	1.933
Consumidores e concessionárias		1.724	204	-	-	-	-	1.928
EPE / FNDCT		5	-	-	-	-	-	5
Total		278.140	27.732	58.645	795.227	274.630	425.179	1.859.553



(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos e JCP a receber	-	(2.231)	-	-
Impostos a recuperar	-	11.494	-	-
Outros créditos	-	35.942	-	-
Baixa de investimentos em subsidiárias	-	(53.532)	-	-
Imobilizado líquido de depreciação	-	5.078	-	-
Fornecedores	-	(27)	-	-
Obrigações tributárias	-	(49)	-	-
Outros passivos	-	(2.625)	-	-
Empréstimos com controladas e controladora	-	-	-	-
Transferência entre outros créditos e fornecedores	-	-	-	12.939
Transferência entre imobilizado e intangível	8.763	8.037	12.671	21.544
Transferência entre entidade previdência privada e outras obrigações	-	1.227	-	-
Transferência entre entidade de previdência privada e outros resultados abrangentes	7.162	-	7.162	-
Dividendos deliberados a receber de controladas	687.593	836.210	-	-
Dividendos propostos a pagar para acionistas não controladores	-	-	22.417	22.093
Dividendos propostos a pagar para controladores	1.404.863	1.033.609	1.404.863	1.033.609
Provisão de custos socioambientais no imobilizado	-	3.076	5.006	15.644
Aumento de recebíveis com AFAC de controladas	-	303.500	-	-

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

Obrigações contratuais	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	4 – 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	37 anos	162.212	372.455	408.499	7.427.364	8.370.530
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico	22 anos	15.921	33.927	36.349	372.062	458.260
Projetos de construção de usina	14 anos	11.988	23.771	23.771	47.542	107.072
Fornecedores de materiais e serviços	7 anos	76.466	119.343	108.404	77.397	381.608
Total		266.586	549.496	577.023	7.924.365	9.317.470

(35) FATOS RELEVANTES

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tomou conhecimento da ocorrência de eventos de *curtailment* que impactaram a operação de seus ativos de geração de energia.

O *curtailment* refere-se à restrição na entrega de energia elétrica imposta pelo Operador do Sistema Elétrico (ONS), decorrente de limitações operacionais do sistema e de excesso de oferta frente ao consumo.

Com o advento da Lei 15.269/25, as usinas eólicas e fotovoltaicas farão jus, mediante termo de compromisso firmado com o poder concedente, a compensação destinada à cobertura dos custos relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, desde 1º de setembro de 2023 até a entrada em vigor da Lei. Por ainda não conhecer as condições finais do termo de compromisso, que inclusive implica renúncia ao direito sobre o qual se funda as ações judiciais em curso, a companhia, até a data da autorização dessas demonstrações financeiras, continua monitorando o assunto, devendo tomar sua decisão tão logo todos as condições estejam plenamente claras.

Considerando as incertezas existentes até o momento, nenhum montante foi reconhecido nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VITOR FAGALI DE SOUZA
Presidente

FUTAO HUANG

XINJIAN CHEN

BRUNO AUGUSTO PEREIRA ROVEA

Conselheiros

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

KEDI WANG
Diretora Executiva Financeira e de Relações com
Investidores

YI LI
Diretor Executivo

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor de Regulatório e Gestão de Energia

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Executivo Administrativo

KAIHANG ZHANG
Diretor Executivo

BANGHONG TAN
Diretora Executiva Assistente

EDUARDO JONAS DE MIRANDA
Diretor Comercial

MARIA ELISA NOVAES DELGADO
Diretora de Operação e Manutenção

AUGUSTO CEZAR MILLEO GREGATTI
Diretor de Engenharia

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente Financeiro Sênior
CRC 1SP321353/O-4